ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2022

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois pelas nove horas e quarenta minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 3ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa determinou que se procedesse à chamada e verificaram-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Alexandra Cristina Santos Freitas, Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna, Carlos Jorge Belerique Ormonde, Cidália de Lurdes Correia Parreira, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, João Manuel Machado Enes, João Paulo da Costa Moniz, José Luís Ferreira Parreira, José Machado Ferreira dos Santos, José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona, Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Mónica Gomes Oliveira Rocha, Paulo Alexandre Ávila Fagundes, Rita Belo Santos, Sandra da Silva Mendes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

Alberto Gonçalves de Melo, Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba, Bruno Miguel Ferreira Fagundes, Carlos Henrique da Costa Neves, César Alexandre Pacheco Medeiros, Guilherme Carlos da Rocha Bizarro, Luís Carlos Cota Soares, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Melo Machado, Luísa Brasil Peixoto Lourenço, Luísa da Costa Barcelos, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa, Maria do Livramento Rocha, Mário José Martins Cardoso, Paulo Duarte Gomes.

GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

André Melo Castro, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO:

Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha, Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim, Maurício Manuel Lima Toledo, Nelson Gomes Furtado, Paulo Alexandre Silva Lima.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 2ª sessão ordinária do dia 27 de abril de 2022 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente, dando conta do seguinte:

- *Receção de um ofício do conselho de administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira a agradecer o Voto de Congratulação aprovado na sessão anterior da Assembleia Municipal.*
- *Receção de uma mensagem de correio eletrónico por parte de Álamo de Oliveira a agradecer a proposta de criação do «Prémio Literário Álamo Oliveira destinado a Jovens Escritores» constante do Ponto 3.1 da Ordem de Trabalhos da sessão anterior.*

Sr. presidente da Mesa – Dou-vos conhecimento de que, a partir de hoje, e enquanto não se chegar a uma conclusão definitiva acerca de outras alternativas, as sessões desta Assembleia serão transmitidas em direto através da rede social «Facebook».

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. presidente da Mesa – Gostaria de colocar à consideração da Assembleia, a admissão na nossa Ordem de Trabalhos, de um Voto de Pesar pelo falecimento do professor doutor António Machado Pires, que será distribuído pelos líderes das respetivas bancadas.

A admissão do voto em causa foi aprovada por unanimidade.

Sr. d. m. César Medeiros – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

O grupo municipal da Coligação «Pela Nossa Terra» (PPD/PSD - CDS-PP – PPM) assume com relevância que, Angra do Heroísmo, na sua estratégia de mobilidade, deve ser capaz de interpretar o conceito de desenvolvimento sustentável, privilegiando a mobilidade dos cidadãos sem perigar a vertente económica, social e ambiental, sendo o estacionamento ou parqueamento, parte integrante e estrutural desta estratégia. Sendo o parqueamento definitivo uma das preocupações latentes da população, a que aqui trabalha e a que visita Angra cidade, esta bancada vem questionar o executivo camarário acerca do seu

posicionamento relativamente a esta matéria, ou seja, sobre a quantidade de lugares, a sua distribuição e os acessos.

Sr. presidente da Câmara – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia.

Ainda bem que é aqui trazida esta questão do parqueamento que se liga a uma outra situação igualmente relevante, que é o transporte coletivo, para termos uma cidade mais sustentável no seu interior. Estas duas matérias não podem ser separadas já que as estruturas de parqueamento periférico não funcionam se não articularmos de forma eficaz e acessível, os lugares de estacionamento, o centro da cidade e outros pontos geradores de tráfego. É nesse sentido que a Câmara tem vindo a investir.

Está a aproximar-se da sua conclusão, a construção do terminal rodoviário no Bailão que vai servir de âncora ao sistema de distribuição interna de passageiros na cidade. Temos um parque de estacionamento na periferia ali na Silveira, que fica relativamente distante e está praticamente vazio durante todo o inverno, tendo uso apenas durante a época balnear. O parque junto à praça de touros tem uma utilização também modesta e raramente fica totalmente preenchido, exceto quando ocorrem espetáculos tauromáquicos. Os dois espaços de estacionamento de grande volume, o do Bailão e o do Relvão, estão praticamente cheios todos os dias por estarem próximos do centro da cidade.

Temos dois outros parques de grande dimensão em projeto, um subterrâneo debaixo do futuro mercado municipal que assume maior relevância do ponto de vista do volume construtivo porque estamos a dedicar dois andares para estacionamento, ficando apenas a cobertura para fins de mercado. O projeto envolve a construção de 250 lugares de estacionamento o que corresponde a cerca de cinco vezes a capacidade de estacionamento da Rua de São João.

Este projeto tem sofrido sucessivos atrasos mas espero que agora se encaminhe para a sua solução final. Foi contratada uma empresa de advogados especializada nestas matérias no sentido de se tentar eliminar alguns problemas que ainda restam respeitantes às questões de integração patrimonial na zona classificada.

Está neste momento na sua fase final a elaboração do projeto de um segundo parque de estacionamento de grande volume. Devem ter reparado que, há relativamente pouco tempo, foram feitas sondagens geológicas ali ao lado do tribunal com vista à construção desse parque.

Temos uma outra zona periférica de parqueamento ali junto ao Centro Cultural e de Congressos que também tem um uso modesto por se situar numa zona alta e pelos vistos as pessoas não gostam de subir. Para resolver essa questão, estamos a preparar uma reformulação global do sistema de transporte dos miniautocarros dentro da cidade, visando dar-lhe uma maior coerência e celeridade. Neste momento temos duas carreiras, uma delas a funcionar relativamente bem, ligando a praça de touros ao Bailão com prolongamento até à Silveira durante a época do verão. A outra carreira, aquela que vai até ao hospital, funciona bastante mal devido ao seu percurso excessivamente longo com demasiadas voltas. Como se tenta passar por todo o lado, mais parece dar-se uma volta turística antes de se chegar ao

destino, o que se torna pouco atrativo para o passageiro comum. O objetivo é dividir estas duas carreiras em troços mais curtos e fazer uma nova gestão do transporte no centro e na periferia da cidade desde São Mateus até à Ribeirinha, passando pela Terra Chã e pelo Posto Santo.

Foi encomendado o estudo de um projeto a uma empesa especializada em mobilidade, que nos apresentará neste verão uma solução de transporte urbano para a cidade de Angra que assenta essencialmente na utilização de miniautocarros com horários e percursos fixos, ligando a praça de touros, a Silveira, o Bailão e o hospital, que é o maior gerador de tráfego na zona. Através de uma aplicação de telemóvel, os passageiros indicarão a sua posição e uns carros mais pequenos funcionarão numa configuração de percursos variável em função da procura, visto que durante a maior parte do dia, o percurso que passa pelo Corpo Santo e sobe o Lameirinho tem pouquíssima utilização. A ideia é alear estas duas técnicas, os percursos fixos com os percursos de geometria e tempo variáveis, tentando criar uma nova solução de mobilidade, o que permitirá dar uma utilização mais intensa aos parques de estacionamento periféricos, nomeadamente a praça de touros e o Bailão.

No âmbito da reestruturação da zona da praça de touros, está a entrar na sua fase final de elaboração um projeto que consiste na criação de uma nova frente de mar para o lado leste, à semelhança do que se fez no Fanal, começando no Castelinho e indo até à Baía das Águas. A praça de touros tem um parque de estacionamento muito mau porque se tentou conjugar o estacionamento com uma pista de *karting* o que, na verdade, não é uma coisa nem a outra. Vamos assim fazer um novo arranjo urbanístico daquele parque de estacionamento da praça de touros com a colocação de árvores para termos mais sombras e os carros não fiquem demasiado expostos ao sol.

Um outro projeto que se encontra na fase de concurso é a construção de uma nova pista de *karting* ao pé da zona industrial que não incomodará as pessoas por causa do ruído, deixando de haver as restrições da atual pista que apenas pode ser utilizada em determinados horários. O outro parque de estacionamento de grande dimensão ficará junto ao liceu e está neste momento em fase de projeto, uma obra que demorará algum tempo a concretizar-se.

No que diz respeito ao estacionamento e ao transporte coletivo de passageiros, estamos a preparar as coisas para fazermos esta alteração na sequência da entrada em funcionamento do terminal rodoviário, cuja obra está a entrar na sua fase final. Aliada a isto está a reestruturação global do sistema de parquímetros que acaba por se encaixar nesta estratégia. A primeira fase foi aprovada pela Assembleia Municipal na sua última sessão e uma segunda etapa, que envolve o estabelecimento das regras base para a abertura do concurso para a nova concessão, consta da nossa Ordem de Trabalhos de hoje. Agradeço a pergunta que foi feita porque me permite esclarecer esta Assembleia acerca do que está a ser pensado e feito nesta matéria.

Sr. d. m. César Medeiros – Essa é uma matéria estruturante de caráter mais definitivo que importa acelerar para melhor servir os nossos cidadãos.

Passando a outra questão, e tendo em conta que as festas concelhias começarão em breve, pergunto que medidas complementares o executivo prevê para mitigar os habituais e

indesejáveis constrangimentos nesta época, como os locais de estacionamento alternativos e alguns circuitos de miniautocarros para as zonas limítrofes da cidade. Lembro que a Serreta consegue escoar um grande número de pessoas com um circuito de miniautocarros, um exemplo que talvez possamos aplicar às festas concelhias visto que, quem se desloca a Angra, sente imensas dificuldades em estacionar. Havendo alternativas complementares, teríamos menos carros no centro da cidade.

Sr. presidente da Câmara – Houve já algumas experiências feitas e lições aprendidas acerca desta matéria. Lembro que, como resultado da eliminação da possibilidade de utilização do parque de estacionamento do Fanal para a montagem dos carroceis, comprámos praticamente todos os cerrados situados entre a Canada do Sarilho e o Forno da Cal. Aqueles cerrados rodeados pelo canavial são já propriedade da Câmara mas não foi possível lá instalar os carroceis este ano porque teríamos ali um lamaçal imenso. Espero que o possamos fazer no próximo ano na nova zona que foi adquirida e será transformada numa área relvada devidamente arborizada. Durante o ano poderá ser utilizada por quem pretender usufruir de um espaço verde privilegiado virado para o pôr-do-sol e no período das festas poderão ali ser colocados os carroceis. Os terrenos não poderão ser usados este ano porque fizemos a escritura há relativamente pouco tempo após uma aquisição demorada que, felizmente, chegou a bom porto.

Gostaria de vos dar também a informação de que apenas nos falta adquirir duas propriedades para conseguirmos o pleno na zona do Fanal. Refiro-me ao primeiro cerrado que fica por detrás daqueles prédios pertencentes ao Exército e o meio cerrado que ainda resta naquela parte onde passa o caminho dos dragoeiros. Adquirindo aquele cerrado e meio, a Câmara ficará dona de toda aquela encosta. A negociação está em curso e apresenta alguma complexidade por se tratar de terrenos altamente valorizados, mas estamos a trabalhar nesse sentido para resolvermos também uma parte da questão do estacionamento transitório.

Uma outra medida que todos os anos é tomada neste período é a permissão de estacionamento no campo de jogos e de forma relativamente irregular na periferia da cidade, não se levantando problemas com os carros que estacionem em cima do passeio, por exemplo.

Durante uma série de anos montámos uma linha de autocarros que se revelou um insucesso porque não coincidia com os horários das pessoas. Que eu saiba, este ano essa situação não está prevista porque as lições do passado dizem-nos que tal não vale a pena. As pessoas não aderiram porque têm hábitos antigos e preferem deixar o carro aqui por cima em Santa Luzia e ali antes de São Pedro quando têm o estacionamento do estádio totalmente disponível e vazio durante as Sanjoaninas. Temos que ir criando condições e as linhas variáveis de que há pouco falava, poderão vir a ser uma solução durante as festas, algo que não acontecerá este ano em que funcionará o dispositivo tradicional.

Sra. d. m. Luísa Lourenço – Muito bom dia Exmo. senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Tendo em conta o aumento significativo do fluxo turístico que esperamos ver continuado este verão, surgiu uma preocupação relativamente à procura que poderá vir a acontecer nas zonas balneares. Face a esta situação, pergunto se estão previstos novos projetos além do que foi referido pelo senhor presidente da Câmara, incluindo a melhoria das zonas balneares já existentes.

Aproveito para questionar o senhor presidente se o problema da conduta ocorrido em setembro do ano passado está devidamente resolvido, tendo em conta que fica ao lado de uma zona balnear.

Sr. presidente da Câmara – Este ano fez-se um grande investimento na melhoria das zonas balneares existentes, particularmente no que respeita à consolidação, para evitarmos gastar umas centenas de milhares de euros para a reposição do que tínhamos no ano anterior. Está a ser colocada uma malha em aço sobre a maior parte das zonas para que o mar não as volte a destruir. Esse trabalho foi já feito na Silveira e está em curso no Negrito, faltando apenas um troço que esperamos ver resolvido na semana que vem. Temos que fazer algo semelhante mas mais complexo nas Cinco Ribeiras em que há um cais em muito mau estado com o risco de ser levado pelo mar num inverno próximo. São obras caras que custam algumas centenas de milhares de euros mas permitirão enormes poupanças no futuro porque ficaremos com as zonas balneares melhor consolidadas.

Somos o concelho com o maior número de zonas balneares, que são sete, e não temos interesse em criar mais algumas porque acarretam grandes despesas de funcionamento. Lembro que a diferença entre uma zona balnear e uma zona de banhos tem a ver com a presença de um nadador salvador, por isso temos que criar mais zonas de banhos, um segmento cada vez mais procurado. A maior parte das pessoas que nos visitam tem interesse pela natureza e não pretende ficar tipo sardinha em lata em cima de um cais qualquer, por isso precisamos de criar pequenas bolsas para que os banhistas cheguem ao mar sem grandes aglomerações, um desafio complexo que tem a ver com a gestão da costa e com o POC.

Temos neste momento um conjunto de zonas identificadas. Está a ser preparado um trabalho em São Bartolomeu que tem a ver com a criação de uma pequena zona de acesso ao mar e está em projeto o alargamento da zona balnear na Baía do Refugo com potencial para desviar algumas pessoas desta área. Existe a possibilidade de se alargar o solário para aquelas pedras que estão em frente, criando uma zona balnear maior no sentido de diminuir a pressão sobre as restantes. Há também a possibilidade de, pelo menos durante o verão, usarmos o trabalho que tem sido feito em Santa Bárbara pelo senhor padre, que se tem empenhado imenso na zona balnear para que as pessoas possam dispersar um bocadinho.

Temos que abrir mais acessos ao mar nesta zona da periferia urbana em que a costa é mais baixa e composta por algumas pequenas baías com potencial na zona entre a Silveira e São Mateus. Existe um ante projeto para a Vila Maria que foi já entregue pela empresa projetista e um outro para mais adiante no Poço da Luz ao pé do campo de jogos de São Mateus para a criação de acessos ao mar nessa zona. Há questões relacionadas com o POC que precisam de ser esclarecidas, uma matéria que teremos que negociar com o Governo Regional, mas é este o caminho que devemos estrategicamente seguir, criando mais acessos

ao mar que permitam descongestionar as sete zonas balneares que temos no concelho, porque são cada vez mais aqueles que preferem outras soluções.

Respondendo agora à questão dos esgotos, posso adiantar que a situação está resolvida em parte porque a Estação Elevatória junto à praça de touros está a funcionar em pleno, tendo-se retirado praticamente 80% do esgoto que passava aqui em baixo. A pressão é muito menor, contudo a solução definitiva passa pela instalação de uma nova tecnologia chamada DIP que é relativamente nova. Tivemos contacto com um projetista mas surgiram-nos algumas incertezas sobre a utilização dessa tecnologia por se tratar de bombas fechadas. Recordo que temos estações elevatórias clássicas em que o esgoto chega, é colocado no tanque e há uma bomba que arranca quando o mesmo atinge um determinado nível. Os DIP são bombas de funcionamento constante colocadas dentro da própria conduta e têm a grande vantagem de eliminação de odores porque nada se processa a céu aberto; contudo, terá que haver um sistema suficientemente robusto de trituração dos sólidos que retire também as pedras e outros objetos duros porque, infelizmente, há quem meta nas sanitas, objetos que não lembram a ninguém e aparecem depois ali em baixo.

Esta tecnologia é a que nos interessa porque permite resolver os problemas dos maus cheiros que acontecem de vez em quando na zona do Pátio da Alfândega e no Fanal, onde também teremos que colocar um DIP, um sistema de funcionamento contínuo para que não haja grandes picos de pressão.

Os arranques da bomba fizeram rebentar ali a conduta. A bomba não está sempre em carga e arranca quando a conduta atinge um determinado volume. Tal como acontece nas nossas casas quando abrimos a água, há vibrações que fazem rebentar a conduta que é antiga. Neste caso, houve um desencaixe e a consequente separação de dois elementos. Vamos tentar evitar que a situação se repita e ver se conseguimos resolver as questões tecnológicas com o sistema DIP que está devidamente preparado; temos o projeto mas precisamos da garantia de que não vamos comprar uma bomba que se parta após alguns meses devido a uma pedra ou outro objeto qualquer transportado pela conduta do esgoto.

Uma das questões que contribuiu para esse acidente tem a ver com o arranque rápido da bomba, por isso se melhorou imenso a segurança com a colocação de um sistema eletrónico composto por um variador de frequência que faz com que a bomba arranque de forma mais suave; contudo, só obteremos a segurança absoluta quando instalarmos esta nova tecnologia e eliminarmos também os maus cheiros que neste momento são uma prioridade para a Câmara.

Sr. d. m. André Castro – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Na última sessão desta Assembleia, quando questionado acerca do mercado municipal, o senhor presidente da Câmara deu conta que não foi ainda possível avançar com a obra devido a uma queixa apresentada à UNESCO. Informou também acerca do aproveitamento do projeto existente em que ficariam por conta do empreiteiro, as modificações necessárias para que se possa avançar com o lançamento do concurso, evitando mais atrasos neste processo.

Tendo em conta as explicações apresentadas pelo senhor presidente da Câmara e após as decisões já anunciadas, gostaria de saber para quando está previsto o início das obras.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma questão de difícil resposta mas demos já um passo desde a última sessão desta Assembleia. Como foi anunciado na altura, foi contratada uma firma de advogados, a «Morais Leitão», que vai conduzir o processo do concurso que está a avançar neste momento. Não lhe consigo responder a respeito do início da obra mas a vontade da Câmara é que a mesma tivesse iniciado há muitos meses e não perderemos um dia neste processo que ganhou uma complexidade muito maior do que era expectável. Da parte da Câmara, o que lhe posso dizer é que temos muita vontade de iniciar rapidamente a obra, esperando a sua adjudicação ao longo deste ano, mas as espectativas já nos saíram goradas por várias vezes e perdi um pouco a fé neste assunto. Não posso dar qualquer garantia sobre datas porque o processo é muito complexo.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

No trabalho de Caracterização e Diagnóstico de Angra do Heroísmo estão cartografados os leitos das ribeiras ocupadas por estradas, algumas a serem agora intervencionadas. Verificámos que nas obras que estão a ser feitas junto da rotunda da Vinha Brava e por detrás da fábrica da UNICOL, se optou por uma solução de emparedamento das ribeiras. Não discuto as questões técnicas mas pergunto se não haverá outras soluções para estes e outros troços das ribeiras que envolvam a valorização ambiental dos seus leitos, aproveitando o seu enorme potencial para a criação de espaços verdes urbanos e caminhos pedonais, desviando tanto quanto possível, o trânsito rodoviário dessas ribeiras.

Sr. presidente da Câmara – Estou perfeitamente de acordo com o pensamento subjacente à pergunta. Na verdade, a criação de canaletes ou outras estruturas desse tipo é a última e a pior das soluções para resolvermos o problema das ribeiras, algo que só deve feito nas situações em que o espaço esteja demasiado antropizado, como é o caso do atravessamento da via rápida, porque a utilização dessas estruturas em betão aumenta a velocidade de escoamento, diminuindo a altura da lâmina de água. Uma ribeira que poderia ter um metro de altura, fica reduzida a 20 cm devido à relação direta entre a velocidade e a altura da água, ou seja, quanto mais rápida for a passagem, mais baixa será a altura da água.

A obra que está a decorrer na Vinha Brava está a ser executada pelo Governo Regional e conduzida pela Secretaria Regional do Ambiente. Foi feito um projeto em coordenação com a Câmara Municipal com o consenso entre ambas as partes de que esta seria a solução possível naquele troço, a mesma que foi utilizada numa obra feita pela Câmara junto à fábrica de laticínios devido à falta de espaço.

Está a optar-se por uma solução inversa no troço imediatamente abaixo que passa junto ao cemitério e vai desaguar perto da praça de touros, criando margens com pedras para se reduzir a velocidade da água. Se repararam, foi já aplicada essa técnica naquele troço por detrás da panificação e, desde que seja possível, o objetivo é fazer-se o mesmo em todos os troços a montante desse lugar até à rotunda. A Câmara adquiriu os terrenos por detrás

daquelas casas entre o cemitério e a Circular com o objetivo de poder alargar a ribeira e resolver o problema sem criar constrangimentos.

Foi também colocada junto ao cemitério uma estrutura mais larga que reduz a velocidade da água mas há uma zona onde tal não poderá ser feito. Teremos que fazer um canalete no atravessamento da zona dos Melancólicos a caminho dos Copins porque a ribeira passa por debaixo daquele bloco de apartamentos. A construção naquela zona não deveria ter sido permitida porque nos criou uma restrição que obrigará à construção de mais um canal. Tirando isto, todas as restantes zonas estão a ser intervencionadas de forma a permitir o alargamento e a redução da velocidade das águas.

No que diz respeito ao acesso pedonal, há bocadinho e na sequência da pergunta que me foi feita, falei do parque de estacionamento da praça de touros. O projeto está feito e prevê a criação de um passeio com início junto à bomba de gasolina situada à entrada do parque de estacionamento, estendendo-se até ao mar. Um dos acessos ao mar faz-se por dentro do vale, o que implica também o arranjo urbanístico daquele troço da ribeira. Infelizmente e dadas as restrições, não temos outra solução senão a construção de canais nalgumas zonas urbanas para reduzirmos as alturas de água.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Muito bom dia senhor presidente da Mesa e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores.

Estas questões relativas às zonas balneares, ao estacionamento e às acessibilidades não são distintas do planeamento e da organização do território. Conhecendo-se as restrições ao nível da cidade, torna-se difícil compreender novos licenciamentos, construções e edificações e as densidades habitacionais em certas zonas não têm claramente infraestruturas para acolherem essas mudanças. Desse ponto de vista, penso que a Câmara pode e deve fazer um trabalho preponderante e relevante no que diz respeito ao ordenamento dos espaços, sendo a forma mais adequada de se corrigir a médio/longo prazo, alguns dos engarrafamentos e constrangimentos na cidade e no concelho.

Todos conhecemos a infeliz e caótica situação criada pela existência de apenas duas entradas na cidade a funcionarem em pleno porque as outras se encontram condicionadas. Habitualmente existem três entradas, o que é manifestamente pouco e obrigam a que o trânsito faça uma rotunda maior, dando a volta pela Rua do Galo, pela Ladeira de São Francisco e de novo até à Praça Velha, em vez da pequena rotunda que tínhamos anteriormente.

Se foi possível enterrar um palco em frente à Praça Velha, não vejo como não será possível enterrar também estacionamento debaixo de algumas artérias, à semelhança do que se fez noutras cidades açorianas e no resto do país, mas tem que haver vontade porque estas questões não se resolvem com a mobilidade elétrica; serão sempre precisos mais espaços e a utilização de carros mais pequenos leva à necessidade de um maior número para transportar as mesmas pessoas.

As soluções adotadas em Angra não têm acompanhado as exigências do tempo ao longo dos últimos vinte ou trinta anos. Deixo aqui o alerta porque o problema não desaparecerá por si e terá que ser repensado a médio/longo prazo.

Sr. presidente da Câmara – Concordo com esta observação e junto um outro elemento. No que diz respeito à zona histórica da cidade de Angra, existe um conjunto de questões de natureza patrimonial que se prendem com aquilo que há pouco falávamos e estão subjacentes ao atraso na construção do mercado municipal com capacidade para 200 lugares, representando um grande avanço no que diz respeito ao estacionamento na zona urbana. Voltando a usar a métrica, esse número equivale a cinco ruas como a Rua de São João, trazendo grandes alterações ao paradigma do estacionamento na cidade, mas precisamos de lá chegar.

Atendendo às nossas condições específicas, a construção de pequenos estacionamentos subterrâneos acarreta custos elevadíssimos e não me parece que exista essa necessidade até porque a cidade não é tão grande assim. Da fachada da Câmara Municipal até ao Alto das Covas vão cerca de 410 metros e até ao Bailão teremos mais cerca de 100 metros, o que não é propriamente uma grande distância. Em qualquer cidade do mundo isto significa proximidade absoluta e ninguém se preocupa em ter um estacionamento a menos de um quilómetro de um lugar qualquer.

Temos muitos lugares de estacionamento parto do centro da cidade, algo que poucas cidades têm. Veja-se, por exemplo, o parque de estacionamento construído há relativamente pouco tempo ali no Relvão com capacidade para duas centenas de carros. Quem vier a pé ali por detrás, rapidamente chega às traseiras da Igreja da Sé. Temos ainda dois parques de estacionamento, na praça de touros e na Silveira, que estão a ter um uso muito reduzido, por isso precisamos de melhorar o transporte coletivo para que tenham uma maior procura.

Lamento que tenham surgido todas estas dificuldades e creio que chegaremos a bom porto com o parque de estacionamento do mercado municipal que mudará completamente o paradigma no centro da cidade como se construíssemos mais cinco ruas.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – As preocupações referidas pelo senhor presidente da Câmara são reais. Se não estou em erro, a proposta da obra do mercado municipal data dos finais da década de 90 e todos lamentamos que a mesma não tenha evoluído. Há que voltar a sublinhar que os parques de estacionamento são insuficientes, mais ainda quando são usados para outros fins, por isso e mais uma vez, é preciso falar do planeamento e do condicionamento.

O parque da praça de touros está vazio mas em tempos houve uma proposta alternativa para lá se construir a estação de camionagem. Foi escolhida outra opção num percurso que trouxe consequências, assim como houve propostas apresentadas nesta casa para a criação de um parque de exposições onde foi construído o bairro social de São Bento, podendo ser utilizado o parque de estacionamento do campo de jogos do outro lado da rua. Essa proposta foi rejeitada, optou-se por outros rumos, há consequências resultantes das opções tomadas e é nesta perspetiva que falo no planeamento e na necessidade de se programar o futuro.

Entre o edifício da Câmara Municipal e o Alto das Covas distam os mesmos 400 metros de há 50 ou 100 anos, a mesma distância que teremos daqui a 250 anos. Essa distância é percorrida de trotineta ou a pé em calçada escorregadia, as carroças já vinham cá para baixo e continuará a acontecer o mesmo com as viaturas. Os hábitos e as escalas são o que são,

temos que nos adaptar à nossa realidade e não podemos comparar as nossas distâncias com as de outros sítios, a não ser que tivéssemos soluções alternativas como a ferrovia ou o metro.

Sr. presidente da Câmara – As opções são tomadas em função da valoração de cada tempo mas podemos e vamos a tempo de embarcar na melhoria do transporte coletivo, algo que está a acontecer um pouco por todo o mundo, e esta é a melhor solução para Angra do Heroísmo, dadas as restrições que temos do ponto de vista construtivo.

A grande aposta é a criação de um sistema eficaz dentro da cidade para que as pessoas se sintam confortáveis em deixar o carro num qualquer sítio e se desloquem no transporte coletivo, por isso estamos a equacionar a criação de circuitos gratuitos porque as vantagens sociais excedem em muito o preço do transporte. Esta matéria está a ser equacionada no projeto que há pouco referi. Temos que caminhar no sentido de transformar a cidade num espaço cada vez mais voltado para a utilização pedonal com soluções que permitam também às pessoas o acesso ao transporte coletivo. Espero que tudo isto seja possível e se deem passos decisivos neste verão.

Houve grandes evoluções em relação ao mercado, particularmente no que respeita à criação de espaço, algo que, durante muito tempo, se considerava impossível. A negociação de terrenos também nos originou algum atraso porque o mercado atual é muito pequeno e se não fosse a aquisição do terreno ao Seminário ali ao lado, nunca poderíamos meter ali 250 carros. Foi um passo muito relevante que demos há dois anos e alterou completamente o paradigma deste projeto. Acho que valeu a pena termos demorado um pouco mais, caso contrário, teríamos um mercado com um espaço para estacionamento demasiado reduzido que em nada contribuiria para a resolução definitiva desta situação.

Sr. d. m. César Medeiros – Inspirado em iniciativas dos Estados-Membros da União Europeia com o objetivo geral de mitigar o declínio acentuado dos polinizadores, o projeto «Abelha Amiga» promovido pelo Governo Regional desde maio de 2021, será mais efetivo quanto maior for o suporte e a dinâmica de todos os atores capazes de gerarem impacto direto e indireto sobre a vida de tais insetos polinizadores.

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo associou-se ao projeto em maio de 2022, pelo que nos congratulamos antecipadamente pelo contributo que possa emprestar à causa. Assim, impõe-se questionar acerca do envolvimento e das linhas previstas por parte desta entidade para dinamizar este projeto de caráter regional.

Sr. vereador Paulo Lima – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo fez uma parceria com a Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural no âmbito do projeto «Abelha Amiga», atrasando o corte nos espaços verdes e cedendo diversas plantas da estufa municipal para plantar em diversos espaços públicos. Na sequência da reunião tida respeitante ao projeto em causa, a Câmara Municipal disponibilizou-se para colaborar com tudo o que lhe foi solicitado.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara é gestora de um grande espaço que é a esplanada do Castelo, ou seja, aquela área de baía a baía, onde se atrasou o corte para favorecer a floração de toda aquela erva. Visto que se chegou ao fim dessa época, a erva está neste momento a ser cortada. Foi também feita a sementeira de girassóis ao longo do caminho, embora com um módico sucesso porque os pombos aproveitaram-nos antes das abelhas. Vamos tentar melhorar a disponibilidade de flores por ali adiante mas estamos a deparar-nos com o mesmo problema da maior parte dos agricultores visto que, cada vez que se semeia, aparece sempre uma nuvem de pombos.

Não sei se repararam, mas está instalado um conjunto de colmeias por detrás dos dragoeiros e esperemos que seja possível criar uma parceria no sentido de prestar algumas informações ao público através de um conjunto de *placards* explicando o valor e a importância das abelhas e como polinizam, procurando também resolver um outro problema que são as críticas exacerbadas. Por não termos cortado as ervas da esplanada do Castelo, gerou-se uma tempestade de críticas porque estava tudo uma porcaria, cheio de ervas.

É necessário resolver algumas questões que têm a ver com a educação das pessoas, que acham que um espaço bem tratado é aquele em que a erva não tem mais do que um centímetro de altura. Pensou-se que aquilo estava ao abandono porque a esplanada estava cheia de flores selvagens.

Esta campanha que está a ser levada a cabo pelo Governo Regional tem que ser aprofundada por todos nós no sentido de fazermos chegar a mensagem às pessoas. Toda a gente sabe que as abelhas são importantes mas são poucos os que concordam que um espaço esteja bem com a erva por cortar. Foram semeados trevos lá em baixo no Fanal, deixámo-los florir e houve uma chuva de críticas porque aquilo estava por cortar, por isso a Câmara tem que se juntar ao Governo para que seja feito um trabalho no sentido de convencer as pessoas que um espaço bem tratado não deve estar necessariamente como a minha cabeça.

Sr. d. m. César Medeiros – Há, de facto, muito trabalho a fazer em termos de sensibilização e conhecimento por parte da comunidade. Gostaria de sensibilizar os caríssimos deputados municipais e todo o elenco governativo que as plantas silvestres, as ditas selvagens, representam em termos médios, 85% do mel dos Açores. Um mel tão reconhecido e premiado fora de portas é produzido à base de flora silvestre espontânea, sendo o restante, um mel monofloral de incenso.

É hora de mudar este paradigma que assenta muito na diversidade da flora instalada e no seu potencial para a produção de néctar. As abelhas e outros polinizadores arrecadam açúcares quando visitam essas flores, fazendo a polinização em simultâneo e deixando mais do que aquilo que trazem. Essa flora permite que as abelhas e outros polinizadores sobrevivam com o pólen que representa a proteína consumida para alimentarem todas as suas larvas.

A ilha Terceira representa cerca de 25% das colmeias dos Açores. Tem à volta de 100 apicultores e aproximadamente 1 584 colmeias, o que, em números redondos, representa cerca de 40 milhões de abelhas.

É importante sensibilizar a Câmara para este domínio porque todos os Estados-Membros, através da sensibilização dos seus cidadãos, sentem que há uma degradação dos polinizadores. Para agravar a situação, os Açores de um modo geral têm cerca de 10% da biodiversidade dos espaços continentais com mais borboletas, artrópodes e outras espécies.

Gostaria ainda de deixar a nota de que, de acordo com estudos conhecidos, a abelha do mel é o ex-líbris e desempenha um papel importante, prestando um serviço 100 vezes maior em valor do que aquilo que o homem extrai da colmeia.

Indo de encontro às informações prestadas pelo senhor presidente da Câmara, a bancada da Coligação deixa aqui o desafio para que se aproveite esta oportunidade e se assuma um papel disruptivo ao nível da comunicação, da sensibilização e da instalação de espécies nectaríferas e poliníferas. Sendo melhores cidadãos, as nossas ações serão reconhecidas como uma mais-valia por parte de quem nos visita, até porque a Europa vive o lema de uma saúde física e mental em termos de biodiversidade, por isso só temos a ganhar, valorizando este segmento. Contamos com a Câmara enquanto parceiro para a promoção deste projeto. Muito obrigado pelo momento.

Sr. presidente da Câmara – Estou profundamente de acordo com o que foi dito, até porque já vi este projeto aplicado noutros sítios. Na Alemanha ou no Reino Unido vemos *placards* ao longo das estradas, explicando porque as ervas não foram cortadas, um trabalho que precisamos de fazer também aqui. Temos algumas placas informativas mas precisamos de mais para convencermos mais gente porque foram às centenas as críticas que nos chegaram nestes últimos dias por não termos cortado as ervas. Temos que convencer as pessoas de que há também beleza nestas plantas, por isso falou-se com um fotógrafo para reunir um conjunto de fotografias de plantas selvagens em flor para serem colocadas nessas zonas no sentido de sensibilizar as pessoas. Ao longo dos percursos existem já alguns *placards* com uma bordadura verde.

Sr. vereador Paulo Lima – Embora não estando diretamente relacionado com o projeto «Abelha Amiga», no âmbito das intervenções em parceria com várias instituições, a Câmara Municipal adquiriu há relativamente pouco tempo cerca de 23 hectares na zona da Matela, que é parque natural da ilha Terceira. Vamos estabelecer um protocolo com a Universidade dos Açores, colaborando em valor idêntico ao apoio que a universidade vai receber para a construção de muros, a retirada de infestantes e a criação de um laboratório vivo no sentido de renaturalizar aquela zona da Matela, o que será feito através dos professores Paulo Borges e Rosalina Gabriel. Lembro que a Câmara Municipal mantém parcerias com diversas instituições em prol da sensibilização ambiental.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Falou-se aqui dos constrangimentos do trânsito e da excecionalidade do estacionamento durante as Sanjoaninas que se aproximam, por isso gostaria de perceber se a Câmara Municipal tem acauteladas algumas medidas que facilitem a participação nas festas por parte dos cidadãos com mobilidade reduzida, sendo certo que algumas ruas do centro urbano estarão encerradas por ocasião das festividades.

Sr. presidente da Câmara – Tal como em anos anteriores, as viaturas devidamente identificadas que transportem pessoas com mobilidade reduzida terão um livre-trânsito que as autorizará a passarem as cancelas para as deixarem na festa; quem não tem essas dificuldades terá que deixar o carro para lá dos Portões de São Pedro e deste lado dos Bombeiros para cima. É o que tem sido feito sempre, inclusivamente para viaturas que não estejam registadas como tal. Foram também tomadas outras medidas com a proibição da colocação de determinados obstáculos na Rua da Sé como: cadeiras, sofás e outros objetos que impediam as pessoas com mobilidade reduzida de se movimentarem na rua.

As coisas ficaram bastante mitigadas e melhoradas mas a nossa cidade continua com calçadas extremamente irregulares, o que faz com que as pessoas tropecem com frequência, um problema grave e estrutural que tem vindo a ser resolvido à medida que se vai metendo a nova calçada. Ainda assim, temos muitas zonas com calçada manifestamente perigosa para quem tenha mobilidade reduzida, uma situação que apenas ficará resolvida quando nos for possível substituir todos os pavimentos, algo que tem que se ir fazendo passo a passo. Sempre que possível, aproveitamos para alargar os passeios com a métrica necessária para permitir a passagem de uma cadeira de rodas, como o que foi feito agora naquele percurso do Seminário e dos Correios, levantando também as passadeiras dentro dos possíveis para permitir a travessia de cadeiras de rodas, mas a nossa cidade continua muito difícil para quem tem mobilidade reduzida e há ainda um percurso muito grande a ser feito.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Cumprimento o senhor presidente e os restantes membros da Mesa, o senhor presidente da Câmara e as senhoras e senhores vereadores, as caras e os caros deputados dos grupos parlamentares aqui presentes.

Começo por agradecer ao senhor presidente da Câmara e ao senhor vereador Paulo Lima as respostas dadas às questões colocadas por esta bancada, abarcando um conjunto de questões que consideramos essenciais e, como é do seu timbre, o senhor presidente da Câmara procurou dar-nos as respostas possíveis.

As questões da mobilidade, do estacionamento na cidade e dos transportes públicos são efetivamente essenciais e foi-nos dado conta dos projetos da Câmara nestas várias áreas, mas trata-se de uma questão de prazos e o tempo vai passando. Conceptualmente, as respostas são satisfatórias e têm lógica mas a verdade é que os 250 carros debaixo do mercado municipal de Angra suscitam-nos um ponto de interrogação.

Por incerteza ou porque os projetos apresentados não correspondiam às exigências a que a cidade de Angra está obrigada, durante os últimos mandatos, as soluções para o mercado foram sendo adiadas e os prazos vão passando, o que me leva a questionar se esses 250 lugares de estacionamento acabarão por ficar disponíveis ainda para o meu tempo ou apenas para os meus filhos e netos, tanto mais que se trata do principal projeto de estacionamento da Câmara Municipal. Quanto às outras soluções, o Bailão terá o seu espaço limitado com a central de camionagem e as facilidades de acesso às zonas balneares são extremamente interessantes em termos conceptuais. A posição do senhor presidente da Câmara é muito programática mas fica aqui a pergunta: para quando?

Existem em diversas freguesias, várias soluções propostas para acessos ao mar, umas zonas melhores do que outras, mas recordo uma que é paradisíaca, a chamada Fajã do Ficher que parece não merecer a especial simpatia do senhor presidente da Câmara. É, de facto, um sítio paradisíaco, assim como tantos outros no nosso concelho e na nossa ilha.

Temos mais uma vez aqui a questão dos prazos do estacionamento, dos prazos do mercado municipal e dos prazos dos acessos ao mar, mais ou menos formais com estruturas mais leves, e também aquilo que o senhor presidente da Câmara disse acerca da criação de um sistema de transporte coletivo eficaz. O senhor referiu um estudo, pois venha esse estudo. Em termos programáticos parece estar definido que tem que haver soluções, ocupando todos os extremos da cidade, e penso que a resposta do senhor presidente faz sentido. A conceptualização está lá, vamos ver quanto à realização.

Por último, e acerca do projeto «Abelha Amiga», o senhor presidente disse que os pombos comeram as sementes de girassol. Embora não tenhamos abordado o assunto até agora, convém lembrar que os pombos e os ratos são pragas que sentimos em casa e nem todos têm a possibilidade de pagar fórmulas para as combater. Há muitos anos que vivemos com esta situação que se vem acentuando e cá estamos mais uma vez com soluções que poderiam resolver o problema em termos de conceptualização, mas a realização prática parece mais difícil.

As minhas palavras não significam a falta de reconhecimento do que a Câmara Municipal tem feito de positivo sob a presidência do professor Álamo de Meneses mas cabe-nos o papel de chamar a atenção para uma listagem de questões que nos incomodam e têm sobretudo a ver com o cumprimento do que é dito num bom discurso.

Sr. presidente da Câmara – Estas situações incomodam-nos a todos. Assim como a história do copo meio vazio ou meio cheio, em vez do que falta fazer, começo pelo que já foi feito, dizendo que nestes últimos anos, praticamente duplicámos as zonas de estacionamento. É preciso não esquecer os novos estacionamentos que foram criados no Bailão e no Fanal e todos os outros investimentos feitos nesta área.

Temos cumprido muito razoavelmente os tempos, exceto no que diz respeito ao mercado municipal devido ao surgimento de outras forças que o impediram, o que é lamentável, mas estamos a fazer os possíveis para recuperar esse tempo. Também não gostaria que isto ficasse apenas para os meus netos e estou a esforçar-me para que seja para o meu mandato, mas não sei se conseguirei atingir o objetivo. Temos que ser cautelosos e sinceros nestas coisas porque as incertezas e os problemas são muitos e complexificaram-se ainda mais nos últimos tempos.

A melhoria do parque de estacionamento junto à praça de touros está neste momento a concurso e creio que a construção da nova pista de *karting* se encontra em fase de adjudicação. Saindo dali o *karting*, a reestruturação daquele parque será feita de imediato.

Quanto ao projeto do estacionamento junto ao tribunal, faltava fazer as sondagens, uma dificuldade que temos nesta terra por não haver nenhuma empresa local que as faça. Finalmente, essas sondagens foram já feitas por uma empresa que cá veio e estamos a partir para a fase da elaboração do projeto de execução.

A reestruturação da rede de transportes ficará resolvida este verão por se tratar de um projeto e não de um estudo, em que se encomendou a essa empresa que estudasse a zona urbana e delineasse a tipologia das rotas. Estamos a falar de um projeto de mobilidade urbana que ficará pronto ao longo deste verão.

No que toca ao Bailão, posso dizer-lhe que mantém toda a sua capacidade e não se perdeu um único lugar de estacionamento porque aquela estrutura foi criada no lugar reservado aos autocarros que paravam ali junto às piscinas.

Há pouco ouvi aqui algo que me pareceu uma crítica. Optou-se pela construção do terminal rodoviário no Bailão em vez da praça de touros para que as pessoas que se possam deslocar de forma razoável não precisem de um segundo autocarro. Quem tiver as pernas em bom estado pode muito bem sair do autocarro no Bailão e vir a pé até ao centro da cidade, o que não aconteceria se o terminal ficasse junto à praça de touros porque implicaria a colocação de toda a mobilidade da cidade sobre os miniautocarros que, desta forma, ficam restritos às pessoas com mobilidade reduzida e a quem se destine a lugares mais distantes como o centro de saúde, a praça de touros, as avenidas ou o hospital.

Os autocarros provenientes dos lados da Praia, de São Sebastião ou das freguesias do lado leste da ilha, passarão primeiro no hospital onde as pessoas poderão sair diretamente, se for esse o seu destino final. Aqui também se tentou criar um circuito que minimizasse a necessidade de sobrecarregar os miniautocarros, algo que está já a ser feito.

Quanto à Fajã do Ficher, posso dizer-lhe que é um dos meus lugares preferidos e nada tenho contra ela, antes pelo contrário, por isso fica desde já feita a minha declaração de amor pelo lugar. Coisa diferente é transformá-la em zona balnear, passando de sete para oito zonas no concelho. Tenho o mesmo amor pela Fajã do Ficher que tenho pelo Fanal e a resposta dada à Junta de Freguesia de São Pedro foi exatamente igual à que foi dada à Junta de Freguesia da Feteira porque precisamos de mais zonas de banhos e não, de criar infraestruturas com mais um nadador salvador; é apenas isso que está em causa. Quanto ao resto, faremos o que for preciso para aumentar a qualidade e melhorar as acessibilidades. Não houve nem há nenhuma destrinça entre o Fanal e a Fajã do Ficher, que são duas das minhas zonas preferidas.

Em resposta à questão das pragas, não tem havido nem há restrição de aplicação de raticida que continua a ser distribuído. Temos contado com a excelente colaboração das juntas de freguesia e a sua aplicação nos espaços públicos continua a ser feita de quinze em quinze dias pelos serviços da Câmara Municipal.

No que diz respeito aos pombos, há questões que têm a ver com a lei ou a falta dela porque, infelizmente, os nossos deputados ainda não legislaram sobre a utilização de determinados produtos. Comprámos uma máquina que se destina à distribuição de milho aos pombos misturado com um determinado produto mas não podemos usá-la porque é necessária uma autorização da Direção Geral de Veterinária em Lisboa, que já foi solicitada. Fica aqui o apelo aos senhores membros desta Assembleia que são também deputados regionais, para que façam uma proposta de decreto legislativo no sentido de se resolver este assunto porque está a fazer imensa falta. É necessário que esta competência seja transferida

para a região porque andamos há meses numa disputa sobre a utilização desses milhos. Investimos na compra do equipamento e do milho e estamos à espera da autorização.

Não digo que a solução seja milagrosa mas poderá ser parte da resolução do problema dos pombos. Segundo a senhora vereadora Fátima Amorim que está sentada ao meu lado, fica aqui a informação para os amigos dos animais de que este produto não mata os pombos, apenas reduz a sua fertilidade. Precisamos de resolver esta situação mas falta-nos essa autorização porque a questão não foi legislada a nível regional.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Comprar a máquina e o milho sem se estar atento à regulamentação e não fazendo esta chamada de atenção antes, é pôr a carroça à frente dos bois, mas pretendo que esta minha ironia seja interpretada como saudável.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Bom dia senhor presidente da Assembleia e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

A aplicação deste milho poderá ser feita mediante uma autorização da Direção Geral de Veterinária. Não significa que não seja autorizado, apenas estamos a aguardar que a DGV emita esta autorização para que a empresa nos possa enviar o milho. Estamos a falar de um medicamento que pode ser utilizado mas com a devida autorização.

Temos um problema na nossa cidade e estamos a trabalhar nisto há imenso tempo, mas as entidades estão a demorar imenso a emitir a autorização que é solicitada à Direção Geral de Veterinária através da empresa, para onde temos telefonado todas as semanas, mas continuam a dizer-nos que ainda aguardam a devida autorização da DGV. O medicamento não foi comprado sem que exista regulamentação para a sua utilização mas estamos a aguardar a devida autorização.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura integral dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de abril a 31 de maio de 2022, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Neste período manifestamente curto, a atividade da Câmara manteve-se na sua normalidade. Começando por assinalar as questões financeiras, tivemos uma boa surpresa com a aprovação do Orçamento de Estado, visto que o nosso município está entre os que vê aumentadas as transferências. Estamos bem nessa matéria sem nada que nos deva preocupar.

A execução financeira tem também decorrido dentro da normalidade, embora com alguns atrasos de obras, devendo-se a nossa situação mais danosa a um conjunto de obras que deveriam estar feitas e ainda não foram iniciadas. A abertura da época balnear aconteceu hoje de manhã e temos duas obras por concluir, o que é lamentável. Foi necessário colocar casas de banho portáteis na zona dos Salgueiros porque as instalações sanitárias não ficaram concluídas e não foi ainda betonada uma parte relativamente pequena no reforço do cais do Negrito.

As coisas também não correram bem no que diz espeito às vias, tendo ficado deserto o concurso para a substituição da rede de águas e do pavimento do troço entre a Ermida do Desterro e a rotunda. Estamos a preparar tudo para que a obra seja de novo colocada a concurso e vamos ver como as coisas correm com o troço das Bicas para a Boa Hora, cuja obra se encontra também a concurso. A recuperação da Igreja do Castelo ficou também sem concorrente mas encontrou-se uma solução alternativa com a divisão da obra em duas especialidades distintas e acho que as coisas vão avançar nesse sentido.

Não se concretizou um conjunto de outras intervenções em pavimentos que pretendíamos levar a cabo antes do verão, mas peço ao senhor presidente da Mesa que, mais daqui a pouco, conceda a palavra ao senhor vereador Paulo Lima que tem consigo a listagem referente à situação das obras.

Nada a assinalar também em relação às questões de pessoal. Estão a decorrer os concursos que foram autorizados, as coisas estão relativamente estáveis e ninguém saiu nestes últimos meses.

Houve neste período uma razoável retoma no que diz respeito às atividades culturais e outras que a Câmara vai desenvolvendo e estamos a voltar à normalidade depois da paragem provocada pela pandemia. Foi possível retomar paulatinamente o ciclo de palestras e conferências aqui no Salão Nobre e outras atividades culturais e desportivas que a Câmara vai promovendo. Fez-se ali na Praça Velha a cerimónia das comemorações do 10 de junho sem aquelas restrições dos últimos dois anos, mas o espetáculo que se seguiu não teve tantas pessoas como se esperava porque São Pedro resolveu não colaborar. Foi um concerto manifestamente húmido mas fez-se o que se pôde.

Do ponto de vista da manutenção e da limpeza, há a assinalar a inauguração do Ecocentro dos Altares, temos mais dois com obras ainda por fazer nas acessibilidades – que serão inaugurados em breve – e estamos a iniciar a programação de um quarto ecoponto, agradecendo desde já à Junta de Freguesia de São Bartolomeu que nos arranjou uma solução em termos de terreno.

As coisas correram também sem dificuldades no que toca à limpeza urbana e recolha de resíduos mas tivemos uma paragem na incineradora um pouco mais longa do que pretendíamos. Havia uma manutenção programada que acabou por se prolongar por mais uma semana porque foi necessário substituir algumas serpentinas que apresentavam um elevado desgaste, mas retomámos com a atividade redobrada aproveitando a capacidade da rede elétrica para receber mais energia, o que nos levou a faturar mais de 50 mil euros em dez dias. Aproveitou-se bem esta paragem e vendeu-se mais eletricidade com uma maior valorização dos resíduos que se acumularam. A incineradora está no bom caminho e não há

grandes preocupações neste ano em relação à TERAMB, a não ser que surja alguma avaria ou outra qualquer coisa inopinada.

Em traços gerais é esta a situação da Câmara com tudo dentro da normalidade, à exceção das questões relativas a atrasos em empreitadas. Peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra ao senhor vereador Paulo Lima para concluir este relatório.

Sr. vereador Paulo Lima – Infelizmente, temos atrasada a maior parte das obras pelas mais variadas razões, seja por falta de mão-de-obra, devido à pandemia da Covid-19 ou pelo facto de as matérias-primas não nos chegarem atempadamente. Os empreiteiros têm feito pedidos constantes de prorrogação de prazos mas as obras vão decorrendo. Sem querer ser enfadonho, vou tentar referir as já concluídas, as que estão prestes a concluir-se e os projetos previstos para o próximo ano.

O lote B, que inclui pavimentações na Ribeirinha, no Porto Judeu e maioritariamente em São Sebastião, está praticamente concluído, faltando apenas um arruamento. Está finalizada a obra de substituição da rede de abastecimento de água e repavimentação total da Ribeira das Cinco, das Canadinhas e da Ribeira do Mouro, faltando apenas as pinturas. Está também a ser feita a substituição da rede de águas na Canada do Tio Manel Teixeira, uma obra que durará mais alguns dias, e foi já concluída a substituição da rede de águas e repavimentação do Espigão no Posto Santo, faltando também apenas as pinturas.

Como foi já referido pelo senhor presidente da Câmara, foi inaugurado e está já em funcionamento o Ecocento dos Altares, faltando apenas as acessibilidades dos Ecocentros das Doze Ribeiras e de São Sebastião, ou seja, a colocação de pontos de água e pavimentação. Houve mais uma prorrogação do prazo da obra do terminal rodoviário do Bailão mas contamos com a sua conclusão em setembro e está praticamente concluída a intervenção de regularização da Ribeira dos Calrinhos e ampliação do canal dos Copins, faltando apenas a colocação de um varandim de proteção num passeio, podendo a obra ser inaugurada a breve trecho.

Está integralmente cumprida a repavimentação do acesso ao parque de estacionamento do Porto das Cinco Ribeiras, o que permite que a época balnear se inicie com o parque munido de um novo pavimento e devidamente pintado. Temos praticamente concluída a obra de proteção da orla costeira entre a zona do Biscoitinho e o Terreiro de São Mateus, ficando a faltar apenas a colocação de uns varandins nas escadas, e estamos a finalizar a colocação de novos equipamentos no Relvão, esperando ver a obra concluída dentro de duas semanas.

O projeto de ampliação da zona industrial está praticamente pronto e vamos iniciar, juntamente com os Serviços Florestais da Terceira, a repavimentação de um troço entre a Ermida de Santo António e a Caldeira na reserva florestal do Monte Brasil, cujo projeto está concluído e estamos a aguardar a disponibilidade do empreiteiro para darmos início à obra.

Uma outra intervenção que pretendemos fazer ainda este ano é a pavimentação e remodelação da rede de águas e esgotos do acesso norte do hospital de Angra. Temos já os projetos concluídos e vamos lançar o procedimento para a pavimentação e repavimentação de todo o Caminho de Cima situado entre a Estrada Regional e as freguesias, desde as Doze

Ribeiras até, sensivelmente, São Bartolomeu. Serão feitas recargas em algumas zonas e outras vão ser pavimentadas de novo.

Temos também em bom andamento o projeto referente à ampliação do cemitério da Conceição. Encomendámos novos tamisadores com vista ao melhoramento e eficácia da ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) e vamos lançar dentro de pouco tempo a remodelação da rede de abastecimento de água e repavimentação total da Canada do Rolo na Terra Chã.

Findas as intervenções, a informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (39/2022/AMAH).

1.2 – Terceira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2022. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma revisão que se torna necessária devido à aprovação do Orçamento de Estado e tem a ver com o acerto dos valores que serão transferidos. Aproveitou-se para proceder à inscrição de algumas ações plurianuais e fica também acautelada a substituição da rede de águas e repavimentação do troço entre a rotunda das Bicas e a Boa Hora. Tínhamos previsto que toda a obra fosse feita durante este ano mas, devido aos atrasos que aconteceram, é necessário criar aqui uma plurianualidade visto que uma parte da obra só será seguramente paga e provavelmente feita no próximo ano.

A Terceira Revisão e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2022 foram aprovadas por maioria com 22 votos a favor do PS e 10 abstenções (7 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM). (40/2022/AMAH).

1.3 – Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, tendo em vista a introdução de um posto de trabalho de Técnico Superior (área de Ciências Sociais, Serviço Social ou Sociologia) para a Unidade de Cultura e Apoio Social. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. vereadora Fátima Amorim – A Unidade de Ação Social tem-se debatido ao longo dos últimos tempos com falta de recursos humanos resultante de algumas situações de baixa prolongada e um dos funcionários comunicou-nos que não voltaria ao serviço por se encontrar em fase de reforma. Neste sentido e devido às medidas que temos implementado nos últimos tempos ao nível da ação social, temos a necessidade de contratar alguém para podermos dar continuidade a todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Unidade de Ação Social.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – O grupo da Coligação «Pela Nossa Terra» vai abster-se nesta votação, não porque seja contra a contratação deste posto de trabalho, mas por uma questão de reservas que temos quanto à criação de lugares gota a gota. Porquê este e não outro posto, sabendo que existem outras áreas da Câmara Municipal com necessidades, havendo queixas por parte dos funcionários e dos próprios cidadãos? É uma gestão feita pela Câmara Municipal – que respeitamos – mas não temos razões para votarmos contra nem a favor por causa da contratação gota a gota.

Sr. presidente da Câmara – Infelizmente, acho que a Coligação vai ter que se abster muitas vezes, já que vamos ter que continuar a contratar gota a gota porque a gestão do pessoal tem que ser feita com muita prudência e não faz sentido embarcarmos em facilidades, colocando pessoas, quando podemos passar sem elas.

A gestão do pessoal da Câmara é nuclear para uma boa disponibilidade financeira no sentido de podermos investir e apoiar as instituições desta terra. Não é preciso olhar para muito longe, veja-se o que acontece quando as coisas não são feitas assim. Abrimos vagas apenas quando nos surge uma necessidade imprescindível e se gera espaço na massa salarial, ou seja, quando alguém sai e a nova contratação não nos causa aumento da despesa. Como não nos cabe determinar quem sai, teremos que continuar a contratar gota a gota.

Terminadas as intervenções e após votação, a Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 24 votos a favor (20 do PS e 4 do PSD) e 13 abstenções (10 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM). (41/2022/AMAH).

Sr. d. m. Tomás Dentinho (numa declaração de voto) – Fui sensível às palavras do senhor presidente da Câmara mas acho que deve haver um plano estratégico em relação à questão do pessoal porque, cada vez mais não se trata de um capital de obras, mas de um capital humano. Se o município procura um bom desempenho futuro, deve fazer uma reflexão sobre o capital humano e desenvolver valências, um tema que deve ser debatido por todos e complementa a perspetiva apresentada pelo senhor presidente da Câmara. Uma coisa não invalida a outra e o curto prazo não nos deve limitar as possibilidades que temos a longo prazo.

1.4 – Proposta de nomeação de Júri para o procedimento concursal – cargo de dirigente intermédio de 3.º grau – Chefe de Unidade de Promoção da Economia. Para nomeação pelo órgão deliberativo nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto:

Presidente:

– O Vice-Presidente da Câmara, Guido de Luna da Silva Teles.

Vogais:

– A Chefe da Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos, Elisabete Fátima Lima Oliveira.
– O Chefe da Unidade de Águas e Manutenção de Vias, André Fernandes Nogueira da Costa.

Vogais suplentes:

– O Chefe da Unidade de Urbanismo e Infraestruturas Municipais, Paulo Manuel Borba Mont'Alverne Sequeira.

– O Chefe da Unidade de Desporto e Promoção da Qualidade de Vida, Ricardo Nuno Vieira Matias.

Sr. presidente da Câmara – Esta contratação surge na sequência da saída da anterior chefe desta divisão que concorreu e foi colocada noutro lugar da administração. O lugar ficou vago, daí a necessidade da contratação de uma nova chefia.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Faço um pedido de informação ao senhor presidente da Câmara sobre o que faz exatamente o Chefe da Unidade de Promoção da Economia, onde funciona e que competências tem, para que, tal como a anterior, esta contratação se justifique.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma divisão que integra a orgânica do município há uns tempos, não se tratando de uma nova contratação. Tem como competências, os programas de promoção da economia, a gestão do parque industrial e as questões relativas a todos estes programas que temos vindo a implementar de apoio ao investimento e ao empreendedorismo, como o funcionamento da STARTUP, a ligação com o TERINOV na Terra Chã, a edição dos documentos criados para apoio ao turismo e a relação diária com a Câmara do Comércio sobre um conjunto de atividades levadas a cabo na cidade. São estas as funções da pessoa que será recrutada para este lugar que funciona nas traseiras deste edifício.

O Júri proposto foi nomeado e aprovado por unanimidade pela Assembleia Municipal. (42/2022/AMAH).

1.5 – Regulamento Municipal de Apoio ao Estudo Acompanhado "Vamos Estudar". Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Antes de pedir ao senhor presidente da Mesa que passe a palavra à senhora vereadora Fátima Amorim que tem este assunto ao seu cargo, gostaria de deixar umas breves palavras sobre uma preocupação que, entretanto surgiu, é importante acautelar desde já e tem a ver com a compatibilização deste programa com um outro de características muito semelhantes que a administração regional prepara neste momento. A Câmara Municipal deve evitar uma posição de competição, garantindo a necessária complementaridade, não investindo na freguesia deste concelho onde for aplicado esse mesmo programa regional.

Fica também o compromisso da parte da Câmara em manter um diálogo estreito com a vice-presidência do Governo Regional que tem à sua conta esse programa no sentido de compatibilizarmos o seu funcionamento e garantirmos que não haja concorrência no que diz respeito ao recrutamento de professores. Reduzimos substancialmente o pagamento/hora

aos monitores em relação à proposta inicial, exatamente para evitarmos um entrave à execução deste programa regional que consideramos de grande importância. Que fique bem claro que a Câmara de Angra não quer competir com a região nesta matéria, queremos apenas levar este nosso programa às freguesias que não serão cobertas pelo programa regional.

Sra. vereadora Fátima Amorim – A Câmara Municipal traz a esta Assembleia o Regulamento de Apoio ao Estudo Acompanhado, uma medida que consta do programa para este mandato e é dirigido aos alunos que frequentam os vários ciclos do ensino básico na região, matriculados em escolas sediadas no concelho e abrangidos pelo 1º, 2º e 3º escalões de abono de família. Estamos a incluir aqui a Escola Básica e Integrada dos Biscoitos por ser também frequentada por alunos de várias freguesias do nosso concelho.

A Câmara Municipal pretende estabelecer parcerias com diversas entidades que estão definidas na proposta de regulamento, nomeadamente: juntas de freguesia, instituições particulares de solidariedade social e centros de explicação, no sentido de serem criadas salas de estudo nas diversas freguesias do concelho, com a exceção daquelas onde o Governo Regional aplique o seu próprio programa regional. Estas salas de estudo terão um monitor que poderá ser licenciado com habilitações para lecionar no ensino público ou um licenciado que possua um certificado de formador.

Este estudo acompanhado funcionará entre 1 de outubro e 30 de junho do ano seguinte com um período de interrupção nos meses de julho, agosto e setembro. O aluno terá direito a três horas semanais de estudo acompanhado e será pago um valor mensal de vinte euros por aluno. As salas deverão ter um mínimo de cinco e um máximo de dez alunos e estamos a prever uma sala por freguesia. Por deliberação do senhor presidente da Câmara ou do vereador com competência na área, poderá ser autorizada a abertura de mais duas salas de estudo acompanhado. Volto a lembrar que esta medida é um dos objetivos do programa da Câmara Municipal para este mandato.

Sra. d. m. Sandra Mendes – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores.

Tendo em conta a grande importância deste regulamento municipal do estudo acompanhado para todas as freguesias do concelho, principalmente as mais afastadas do centro urbano, e considerando o objetivo do programa em apoiar as crianças e jovens cujos agregados familiares apresentem elevadas carências económicas, consideramos que este regulamento fraciona o difícil acesso à educação ao dirigir-se apenas aos alunos do ensino básico, excluindo uma franja importante da população jovem que se matricula no ensino secundário.

De modo a elevar-se a abrangência para tornar este programa mais justo e igualitário, o grupo municipal do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal propõe que o apoio seja alargado ao ciclo educativo do ensino secundário. Tendo em conta as exigências deste nível de ensino, consideramos ainda que o valor mensal de benefício a atribuir por aluno deve ser fixado em cinquenta euros.

No que concerne às parcerias, entendemos que, além das freguesias já previstas, este regulamento deverá incluir também as entidades dependentes da administração regional autónoma localizada no concelho de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Em termos processuais é necessário perceber se este regulamento carece de nova aprovação em reunião de Câmara e por parte da Assembleia Municipal que, se a memória não me falha, tem apenas competência para votar o documento. Uma segunda questão tem a ver com a articulação forçosa desta medida com o que está preconizado pelo Governo Regional cofinanciado a 100% pelo PRR.

Sem pretender dirigir-me a alguém em especial, têm sido ditas e escritas muitas asneiras acerca do PRR desde que o mesmo entrou em vigor, começando pelo próprio primeiro-ministro devido à forma como o anunciou. Espero que mais ninguém enfie o barrete porque, volto a dizer, estas minhas afirmações não se destinam a ninguém em especial.

O PRR veio mudar o paradigma de tudo o que são financiamentos europeus até esta data por se tratar de investimentos, candidaturas e programas abertos com algum grau de flexibilidade, enquanto o PRR partiu de uma premissa oposta em que as coisas são pré aprovadas e terão que ser cumpridas de acordo com o que lá consta.

A decisão de implementação do PRR da Comissão Europeia data de julho de 2021 e a sua anteproposta data de 15 de outubro de 2020. Houve alguns ajustes neste período, uns por imposição externa da União Europeia e outros por decisão regional, mas o PRR tem previstas metas e marcos que não são flexíveis, ou seja, quando um programa indica que apoiará 2 320 alunos para receber um determinado valor em contrapartida, se apoiar um aluno a menos, receberá zero. O PRR é absolutamente binário; é ou não é e não permite 25 nem 80% de execução ou adiamentos. As preocupações que referi em relação às consequências dessa desarticulação têm precisamente a ver com tudo isto e não se trata de uma arma de arremesso político que prejudique o Governo. Se houver concorrência de meios ou entre alunos que afete as metas do PRR, é o país que sai a perder.

Até agora não houve nenhuma meta Grupo A que tivesse falhado. As metas Grupo A são aquelas que contam para efeitos de reembolso das verbas previstas no PRR, cabendo à região 580 milhões de euros. Estas metas são absolutamente binárias, não houve falhas e o regulamento não prevê correções na eventualidade de virem a acontecer, o que significa que o tipo de correção que é feita é absolutamente discricionária por parte da União Europeia.

Tendo o PRR uma abrangência nacional, qualquer eventual falha numa medida referente aos Açores poderá ter impacto em toda a medida nacional, ou seja, caso não se cumpra na região, uma medida relativa a uma determinada meta prevista em termos de megawatts de produção de energia eólica, poderá vir a ser afetada toda a verba para a componente de hidrogénio nacional que não existe nos Açores. Visto que não são admitidas falhas do Grupo A até esta fase, ainda não se percebeu se a correção será feita na pequena verba referente à meta que falha ou na componente total regional ou nacional.

Nesta fase em que estamos a articular medidas e a prever o futuro, não se pode pensar que haverá facilidades nesta matéria ou que a Comissão Europeia não levará isto muito a sério. Dando um exemplo, a 31 de dezembro a região autónoma teve metas Grupo A para

serem validadas, que envolviam a construção de cerca de 64 habitações sociais; na semana de 7 de janeiro essas construções foram inspecionadas por auditores externos que se deslocaram de propósito à região para validarem a meta. Daqui a um mês, a 15 de julho, voltará a Portugal uma equipa de auditores da Comissão Europeia para validar as metas que foram submetidas até 31 de dezembro e aprovadas em março, ou seja, voltam a ser auditadas menos de três meses após a sua aprovação. No caso dos Açores, a declaração referente às habitações sociais foi auditada menos de sete dias após a sua submissão.

Digo isto para sublinhar e colocar a negrito em legras garrafais a necessidade absoluta da devida ponderação e articulação desta medida porque, qualquer falha atribuída à desarticulação entre medidas, será danosa para a execução dos 580 milhões de euros do PRR e poderá ser também gravosa para a execução das medidas do PRR nacional ligadas à área dos apoios sociais.

Pela forma como está estipulada e acordada para o PRR, esta medida enquadra-se no âmbito da estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social em vigor entre 2018 e 2028. A Resolução do Conselho de Governo n.º 1/2019 designa, nesta primeira fase, as freguesias de Arrifes, Água de Pau, Fenais da Ajuda, Rabo de Peixe e Terra Chã, como sendo áreas prioritárias de intervenção. A medida do PRR prevê ainda o alargamento a mais cinco áreas para criar dez pontos de estudo acompanhado.

Peço desculpa por, eventualmente massacrar os senhores membros da Assembleia com esta minha intervenção, mas trata-se de uma informação paralela e conexa. Não haverá qualquer problema com a sobreposição dessas medidas, desde que sejam devidamente articuladas, e o regulamento que aqui temos para aprovar não tem ainda essa articulação.

Coloco a questão do ponto de vista técnico e também do ponto de vista político porque há aqui uma responsabilidade no papel que os órgãos políticos – a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal – devem desempenhar na devida articulação deste assunto, não se tratando de uma matéria de disputa política nem de sobreposição de competências. É sempre saudável uma articulação numa situação normal em que os financiamentos seriam feitos através do orçamento regional ou municipal mas uma ação não prejudica a outra. Neste caso, o orçamento de financiamento da medida regional, considerada uma medida piloto ao abrigo do PRR pelos fundos comunitários, não paga despesas correntes e será avaliada por uma entidade externa e independente que determinará se a mesma continuará a ser desenvolvida no âmbito do orçamento regional e não há memória deste tipo de rigidez na região.

Deixo aqui os alertas para que a Câmara ou a Assembleia Municipal não venham eventualmente a ser acusadas de provocarem algum desequilíbrio nesta matéria. Apelo veementemente para que isto seja muito bem articulado e acho que a vice-presidência tem também todo o interesse nesta medida que revela um pensamento comum.

Sr. presidente da Câmara – O documento voltará à Câmara tendo em conta as alterações referentes à primeira questão de tramitação e regressará à Assembleia caso a Câmara pretenda efetuar alguma alteração. Se aceitar como boas as alterações aqui propostas, o documento ficará definitivo. Como não antevejo que a Câmara queira fazer qualquer alteração, creio que o assunto ficará resolvido por aqui. Agradeço desde já as

palavras do senhor deputado Nuno Melo Alves porque a articulação com o Governo Regional é muito importante.

No que diz respeito à Terra Chã, a freguesia que está mapeada, daremos obviamente prioridade ao Governo Regional que, se entender criar mais algum polo no nosso concelho, retirar-nos-emos com toda a boa vontade, colaborando na angariação de professores e alunos para que todas as metas sejam devidamente cumpridas. Fica aqui o compromisso colaborante da parte da Câmara que tentará encaminhar os recursos possíveis para a medida que o Governo vai criar, até porque corresponde a uma poupança da nossa parte e não temos vontade de gastar mais do que for estritamente necessário. É com agrado que vemos o Governo assumir uma freguesia populosa do nosso concelho e se pretender assumir outras, terá apenas que nos informar.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Assumindo como minhas as palavras do senhor deputado Nuno Melo Alves e respeitando o que o senhor presidente acabou de nos dizer acerca da disponibilidade da Câmara para a compatibilização com o programa do Governo Regional que é semelhante mas tem uma abrangência diferente, o facto é que achamos que não podemos votar o documento que está em cima da mesa por não conter uma redação que proteja aquilo que aqui foi discutido. Não estamos em condições de votar a favor ou contra nem de nos abstermos.

Depositando toda a confiança no senhor presidente da Câmara, propomos o adiamento deste ponto para que o regulamento fique definitivo. Respeitamos muito a democracia mas consideramos não existirem condições jurídicas para votarmos a proposta que temos em cima da mesa por não ter em conta um ponto fundamental. Se a Câmara Municipal insistir em não adiar este ponto, ficaremos de braços caídos, ou seja, não pegaremos em nenhuma das placas destinadas à votação e será como se abandonássemos a sala. Não vamos fazer o espetáculo de abandonar a sala mas também não votaremos o documento que está em cima da mesa por não corresponder ao debate que aqui foi feito.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara lamenta profundamente essa atitude, até porque a redação está correta e posso garantir-vos que corresponde àquilo que aqui dissemos. A Câmara não está disponível para fazer qualquer retirada do ponto e os senhores farão o que entenderem, o que é lamentável, tanto mais que o Governo está a aprovar uma coisa igual. Os senhores farão as vossas escolhas.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Apenas para fazer um protesto em relação ao que o senhor presidente da Câmara acabou de dizer.

A Câmara Municipal traz aqui uma proposta meritória que é semelhante mas não igual à do Governo Regional e foram levantadas questões de compatibilização que não dependem da afirmação do senhor presidente da Câmara ou da Câmara, dependem daquilo que ficar escrito no regulamento. Penso que, nem esta Assembleia Municipal terá condições para aprovar um regulamento com base num compromisso do senhor presidente da Câmara. Acontece que não é um compromisso da Câmara Municipal, é um compromisso do senhor presidente da Câmara.

O que propomos é que este ponto seja adiado até ao início do ano letivo – que ainda vem longe – nem que tenhamos que fazer uma reunião extraordinária desta Assembleia para discussão e votação deste documento. Não temos condições para aprovarmos isto sem a proteção do que foi debatido e daquilo que o senhor presidente da Câmara se comprometeu em fazer; tenho até dúvidas que o senhor o possa fazer sem consultar os restantes membros da Câmara por se tratar de uma proposta da Câmara Municipal, ou seja, do conjunto composto pelo presidente e pelos vereadores.

Este texto tem que ser alterado. Se o senhor presidente da Câmara insistir em ser teimoso, não quiser que isto seja aprovado por unanimidade e deixar esta questão da forma que está, mesmo que seja aprovado pela maioria desta Assembleia, nós vamos continuar a dizer que o regulamento é ilegal e anulável por não resultar de uma reunião da Câmara Municipal e fico de braços caídos porque não quero criar um precedente e dar o espetáculo de abandonar a sala.

Se o senhor presidente da Câmara se mantiver irredutível na sua posição de não adiar a aprovação deste regulamento, está a quebrar um consenso que temos procurado manter. A votação deste ponto pode ser adiada para daqui a uma ou duas semanas, imediatamente a seguir às festas da cidade. Reafirmamos que a medida é interessante mas temos que assegurar questões essenciais relativas ao PRR que o senhor deputado Nuno Melo Alves aqui explicou longamente.

Penso que estamos perfeitamente entendidos. Apoiamos a ideia mas não apoiamos o percurso jurídico que isto está a ter e consideramos existir um atropelo a tudo. O documento não foi apresentado com a antecedência necessária, temos uma palavra do presidente da Câmara que não tem legitimidade para a dar, e a decisão que for aqui tomada por maioria é uma decisão anulável.

Sr. presidente da Câmara – Não quero estar aqui a continuar um debate que não é um debate e assistir a uma situação em que, aparentemente as questões do Governo Regional ganham precedência sobre as questões que são desta casa. Com a mesma legitimidade com que o grupo parlamentar do Partido Socialista propôs a extensão da medida ao ensino secundário, nada impede que os senhores possam também agora introduzir alguma medida, dizendo que a Câmara não fará nas freguesias em que o Governo Regional faça.

Os tribunais decidirão se a decisão é ou não anulável mas fica a garantia que a Câmara está unida nessa matéria e este grupo do PS, que tem a maioria na Câmara, levará o assunto à próxima reunião onde aprovará o que tiver que aprovar.

Há aqui duas escolhas possíveis. O senhor presidente da Assembleia, decerto nos deixará tirar uns minutos e se os senhores quiserem, façam o favor de apresentar uma proposta com o texto que entenderem como adequado para proteger essa questão da compatibilização do Governo Regional. O assunto parece-me relativamente fácil de resolver e talvez não sejam necessárias muitas linhas porque o documento contém uma alteração, terá que voltar à Câmara para ser novamente votado e todos seguiremos o caminho que entendermos.

Sr. d. m. José Toste – Boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal.

Quanto às competências desta Assembleia Municipal a respeito de alterações a documentos apresentados pela Câmara, é verdade que o nosso regimento fala em aprovar mas, quem pode o mais também pode o menos, e nada impede que os grupos parlamentares aqui reunidos façam propostas de alteração, tal como fez a minha colega do grupo municipal do Partido Socialista acerca do alargamento deste regulamento ao ensino superior, cuja proposta gostaríamos também de ver apreciada pela Câmara e pelos restantes grupos parlamentares.

As propostas de alteração a este regulamento devem ser apresentadas pelos grupos municipais sem que se fique à espera que seja a Câmara Municipal a enquadrá-las. Lembro que na sessão anterior desta Assembleia Municipal foi discutido um outro regulamento com eficácia externa relativamente aos parquímetros, no qual foram discutidas, introduzidas e aprovadas algumas alterações.

Não me parece que exista qualquer obstáculo regimental à apresentação e votação de propostas a estes regulamentos por parte dos grupos municipais, o que não significa que as mesmas sejam ilegais ou haja qualquer tipo de anulabilidade daquilo que aqui é aprovado. Existe nesta Assembleia Municipal, uma discussão e posterior votação e a validade da decisão não depende da sua aprovação por unanimidade, mas sim de uma maioria. Independentemente do comportamento dos outros grupos municipais, o grupo municipal do Partido Socialista está disponível para votar a proposta apresentada com as alterações sugeridas.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Lamento dizê-lo mas não consigo compreender a recusa de adiamento por parte do senhor presidente da Câmara quando um dos dois grupos parlamentares representativos nesta sessão está a dizer que não está em condições de votar enquanto a proposta de regulamento não tiver uma determinada redação. Não consigo perceber porque é que o documento tem que ser votado hoje. Esta é uma questão que pode alterar o nosso comportamento futuro nesta Assembleia Municipal, mas seja como for.

O grupo parlamentar do Partido Socialista apresentou uma proposta oral já durante esta sessão e lembro que os documentos devem ser entregues com a mínima antecedência para que haja tempo para a sua discussão. Não estou em condições de escrever um parágrafo às três pancadas a respeito de uma questão que não sei quanto vai custar. Além disso, não sei como é que o outro grupo parlamentar procede mas nós temos duas reuniões preparatórias para a Assembleia Municipal, uma antes da Conferência de Líderes e uma outra antes da própria sessão em que se discutem os temas, se pensam as coisas e se decidem sentidos de voto na sequência do que lá foi pensado e refletido.

Dada a situação que foi levantada a respeito pelo PRR, não se trata de submissão ao Governo, porque a nossa posição seria a mesma em relação à Santa Casa da Misericórdia, à Diocese ou a qualquer outra entidade, e o que consta na Ordem de Trabalhos disponível para todos é uma proposta de regulamento da Câmara Municipal para aprovação do órgão

deliberativo municipal. Até este momento nós não cumprimos nada de propostas de alteração deste texto que tenham circulado e eu não discuti com o meu grupo parlamentar a possibilidade do seu alargamento ao ensino secundário.

Não me digam que não é de bom senso adiar isto uma ou duas semanas para depois das festas da cidade para que possamos aprovar um documento que consideramos muito importante. Não temos condições para aprovar nestes termos porque não discutimos a questão do ensino secundário e não temos uma proposta de regulamento da Câmara que nos diga exatamente o que vai acontecer e possa eventualmente pôr em causa o PRR, um programa de 37 milhões de euros.

Não se pode adiar isto por um, dois, três ou catorze dias para que tenhamos a oportunidade de discutir um documento que faz toda a diferença com o alargamento do ensino primário ao secundário? Será uma medida interessante mas não sabemos quanto essa modificação custará à Câmara. Quanto custa o alargamento ao secundário? É sensato e razoável? Há dinheiro nesses seis milhões que estão depositados à ordem?

É uma questão de bom senso. Não tenho condições de votar esta vossa proposta que me parece interessante e se insistirem em votar isto, nós ficaremos com as mãos em baixo. Não tenho condições de votar um regulamento proposto pela Câmara sem que o compromisso verbalmente assumido pelo senhor presidente seja assumido pela Câmara.

Num momento que nos parece histórico, gostaríamos de votar este documento a favor mas o que se está aqui a fazer é saltar um obstáculo que não se deve saltar. A Câmara teve este assunto em discussão durante meses e são-nos dados apenas dez minutos para decidirmos sobre alterações tão sensíveis. Não querem trabalhar com bom senso, querem optar pelo «quero, posso e mando» porque têm maioria na Câmara e na Assembleia Municipal, pois muito bem.

Sr. presidente da Câmara – Não quero prolongar este debate porque o grupo parlamentar do PS é que tem uma palavra soberana, a Câmara aqui não tem voto e ninguém quer transformar isto numa prova de força porque temos todo o interesse em obter o máximo de consensos; contudo, também não podemos permitir que entre uma vontade da parte do Governo aqui pela porta do lado. Se é para dizerem que o Governo foi o primeiro a fazer, nós tivemos a ideia primeiro e podemos muito bem afirmar que essa bandeirinha já cá está. Tratando-se de uma questão de compatibilidade e de certezas, também podemos dá-las. Estão aqui todos os vereadores à exceção de um que se encontra no exterior em representação da Câmara mas, de acordo com a lei, o presidente da Câmara tem voto de qualidade e podemos votar nesta mesa. O que está em causa é levarmos a bom termo uma medida de muito interesse para o concelho que faz parte do programa eleitoral que foi sufragado pelos nossos eleitores e estamos literalmente a cumprir aquilo que nos propusemos fazer.

Lamento informar esse grupo municipal que nós também fazemos reuniões e discutimos as coisas e a proposta apresentada pela senhora presidente da Junta de Freguesia das Doze Ribeiras foi consensualizada por todo o grupo do PS com a participação de todos os membros da Câmara na dita reunião de preparação. Tal como o senhor teve a sua, também tive a

minha, não há aqui nenhuma assimetria no tratamento das questões e a decisão de aprovar ou não, cabe ali ao grupo parlamentar do PS. Se calhar, com a permissão do senhor presidente da Assembleia, devíamos fazer um intervalo regimental de cinco minutos para podermos falar uns com os outros.

Sra. d. m. Marília Vargas – Boa tarde senhor presidente e elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo camarário, caros colegas deputados municipais.

Visto que este documento tem sido adiado há algum tempo, é imperioso que seja resolvido nesta reunião da Assembleia Municipal porque estamos em junho, a próxima sessão decorrerá apenas em setembro e podemos correr o risco de não termos disponíveis no próximo ano letivo os apoios para estas crianças carenciadas.

Na nossa opinião, faríamos um intervalo para discutirmos o assunto entre as bancadas porque já abrimos um precedente relativo ao regulamento dos parquímetros e não vejo qualquer inconveniente em fazermos estas alterações agora para evitarmos o adiamento desta questão. O senhor presidente da Câmara demonstrou já a sua disponibilidade para compatibilizar os apoios do município com os do Governo Regional, algo que poderá ficar salvaguardado no documento.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Penso que estas questões não devem ser partidárias porque há crianças que precisam e, segundo os professores do continente, um dos aspetos fundamentais do sucesso para a entrada na universidade é o facto de as pessoas terem mais dinheiro e as escolas com a possibilidade de explicações alternativas. Penso tratar-se de um instrumento importante porque a capacidade das pessoas não deve depender da sua menor ou maior pobreza.

É fundamental que este projeto vá para a frente mas precisa ser bem desenhado e sustentável e as questões partidárias que possam surgir, parecem-me de lana-caprina. Embora o PRR possa ser só um dia experimental e porque o dinheiro não é muito, é necessário algum tempo para que possamos criar uma medida eficaz de mérito que vá crescendo, extensiva também ao ensino secundário.

Estou de acordo com a nossa bancada e o assunto é suficientemente importante para marcarmos uma reunião extraordinária para daqui a quinze dias ou um mês. Vamos ainda a tempo de criar um projeto bem feito da Câmara com a unanimidade de todos que sirva de exemplo para outros municípios. Devíamos dispor de mais tempo em vez de estarmos a fazer as coisas à pressa em meia hora, pondo também de lado as questões partidárias.

Estamos perante uma situação de capital humano fundamental para o país. Nos Açores há uma questão grave de não aproveitamento das pessoas e não é uma birra partidária que vai justificar esta atitude. Vamos esperar o tempo necessário para atender a todos os problemas legais e jurídicos e responder a esta questão com sabedoria e sustentabilidade. Se o PRR desaparecer daqui a dois ou três anos, então a Câmara de Angra poderá continuar com o seu projeto, fazendo a diferença com a aposta no capital humano.

Com todo o apoio que esta medida já tem, bastam quinze dias e não apenas uma semana e não vale a pena estarmos com estas zangas, que até compreendo e são necessárias.

Esta não é uma bandeira de ninguém, é a bandeira das crianças e das famílias com menos possibilidades de terem explicações.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Não quero atirar mais lenha para a fogueira mas há coisas que, por vezes, são ditas com uma certa inconsciência e até eu poderei fazê-lo. Quando o senhor presidente da Câmara diz que aceitou na reunião preparatória do Partido Socialista, a proposta do alargamento ao 12.º ano, atuou como dando uma opinião.

A reunião formal da Câmara Municipal não é um verbo-de-encher e não foram efetivamente ouvidos os vereadores da oposição. O senhor pode tudo, decide tudo, se há ou não há alumínios, se há ou não há mercado e mais não sei o quê, mas o seu cargo não é uninominal; é o cargo de um órgão colegial. Como é que o senhor se pode comprometer com o grupo socialista sem ouvir os vereadores em reunião de Câmara? Estou a dar-lhe todas as oportunidades para que este seja um processo transparente com o qual queremos estar alinhados, como disse o professor Tomás Dentinho, mas há aqui uma série de atropelamentos e agora mais um confessado pelo senhor presidente da Câmara que está de acordo com medida na reunião preparatória do PS. Como sabe se os vereadores da Coligação na Câmara Municipal estão de acordo ou têm argumentos contra a ideia do alargamento ao secundário?

Há aqui um atropelamento que não posso compreender. Qual é a diferença de fazermos uma reunião no dia 1 de julho em que poderemos aprovar por unanimidade com todas as informações, fazendo tudo como deve ser? Se os senhores nos querem excluir, pois excluam. Façam como entenderem.

Sra. d. m. Marília Vargas – Pergunto se o intervalo pedido é aceite pela bancada da Coligação.

Sr. presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados municipais. Estamos numa reunião que representa a vontade dos munícipes deste concelho que foi sufragada nas eleições que todos conhecemos e resultou na composição desta Assembleia Municipal.

O nosso regimento é muito claro quanto ao seu funcionamento, competências e atribuições, todos nos devemos reger por princípios que não saiam das balizas do que nele está previsto e temos que o cumprir, quer gostemos ou não, até que o mesmo seja revisto. Como sabem, existe um grupo de trabalho para proceder à sua revisão e depois se verá; entretanto, é este o regimento que está em vigor e é com ele que temos que trabalhar.

Aqueles que estiveram presentes na tomada de posse desta Assembleia Municipal devem lembrar-se quando eu disse que uma das minhas obrigações e vontades seria geri-la com a maior unanimidade possível dentro das diferenças ideológicas de cada um, mas sempre com o intuito de defender os interesses dos munícipes e tudo o que tem a ver com o concelho de Angra do Heroísmo.

Temos feito um grande esforço de conciliação pela via das reuniões de líderes que acontecem sempre uma semana antes de cada reunião da Assembleia e fora dessas reuniões temos conseguido consensos sempre que dialogamos com os líderes das respetivas bancadas municipais. Temos feito um trabalho de não exclusão de opiniões, projetos e propostas distintas, tentando confluí-las sempre no interesse dos cidadãos e do concelho, e é assim que sempre farei enquanto aqui estiver.

Vejo que houve aqui algumas discussões acaloradas que acontecem naturalmente nestes e noutros espaços, mas temos que ter algum cuidado porque, como sabem, a partir de hoje estamos em direto e os munícipes facilmente veem os nossos comportamentos e atitudes. Acho que devemos manter a dignidade desta Assembleia sem que esteja em causa a liberdade de expressão ou a opinião de cada um.

Senhoras e senhores deputados, a Mesa aceita como boa a proposta de interromper os trabalhos por quinze minutos. Peço aos senhores líderes das bancadas e ao senhor presidente da Câmara que me acompanhem à sala de reuniões para uma pequena reunião. Muito obrigado.

Os trabalhos foram interrompidos por trinta minutos.

Sr. presidente da Mesa – Antes de prosseguirmos com os trabalhos, quero agradecer a disponibilidade dos líderes parlamentares, do senhor presidente da Câmara e também da senhora vereadora que participou na reunião. Agradeço a frontalidade e a forma como se debatem os assuntos, se ponderam as situações e se tenta confluir para os objetivos comuns que nos movem aqui que são os interesses da comunidade e de cada um dos angrenses.

Sr. presidente da Câmara – Agradecendo também a disponibilidade de todos para o diálogo e para que saibam do que estamos a falar, passo a ler e a explicar a proposta de alteração, lembrando que existem pequenas questões de redação ao longo dos vários artigos sobre a compatibilização que nada têm a ver com a substância.

Esta proposta de alargamento ao ensino secundário teve um percurso relativamente longo. O mérito deve ser reconhecido a quem de direito, por isso agradeço a participação da senhora vereadora Brites Cunha pela proposta que fez em reunião de Câmara no sentido de se proceder a esta extensão, aplicando-se também aos alunos do ensino secundário, o mesmo universo dos alunos do ensino básico que são elegíveis com rendimentos até ao 3.º escalão do abono de família.

Esta é uma proposta muito simples. Propõe-se que a Câmara ofereça um cheque/explicação no valor de 50 euros e o aluno escolha no mercado o explicador da sua conveniência para a disciplina que mais lhe interessar. Do ponto de vista dos custos e admitindo que o aluno beneficia deste apoio durante os dez meses do ano escolar, estamos a falar de um valor que poderá variar entre os 450 e os 500 euros. O aluno entregará o cheque ao explicador que terá apenas que cumprir um conjunto de regras, entre as quais, possuir atividade devidamente declarada junto do sistema fiscal e passar o respetivo recibo.

Este valor destina-se à aquisição de três horas semanais de explicação e o custo mensal não poderá ser superior a 100 euros por aluno para que o explicador não aumente o seu preço e não se corra o risco de financiar o explicador em vez do aluno. Após uma análise que se fez no mercado, as explicações variam entre os 80 e os 150 euros e estamos a estabelecer uma bonificação ao aluno com um teto máximo de 50 euros para que não opte por um explicador mais caro; se o fizer, terá que pagar a diferença. A Câmara não escolhe explicadores, apenas verifica a elegibilidade do aluno e entrega-lhe o cheque/explicação.

A outra alteração é também material, tem a ver com o alargamento no que diz respeito aos grupos do ensino básico e permite que alguma instituição dependente da administração regional autónoma seja também beneficiária porque existem já algumas instituições do Governo que o fazem. O senhor deputado Carlos Costa Neves apresentará uma outra alteração que se mostre necessária no sentido de garantirmos a tal compatibilização de que falávamos.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Em primeiro lugar quero distinguir o papel de intermediação com eficácia e elegância desenvolvido pelo senhor presidente da Assembleia.

Todos acabámos por reconhecer nesta reunião que o alargamento ao ensino secundário é uma medida sensível e de fundo. Recordo que este regulamento passou por várias fases e atribulações e aquando da sua discussão em reunião de Câmara, os vereadores ditos da oposição propuseram exatamente o esquema que acabou de ser descrito pelo senhor presidente da Câmara, ou seja, o alargamento ao ensino secundário. Na altura, a proposta não passou em reunião de Câmara, porque a maioria assim o entendeu, e hoje de manhã fomos surpreendidos com a proposta do grupo parlamentar do PS. Estas coisas são assim mesmo, acontecem a quem anda na política e sabemos como tudo se passa. Sabemos que as opiniões e os argumentos são diversos, porque a diversidade é uma das características da democracia, mas chegou-se a uma boa solução nos termos daquilo que era a opinião inicial da oposição derrotada.

Em meu entender, há aqui um ensinamento porque podemos fazer com facilidade uma proposta de alteração de uma vírgula, uma palavra ou um conceito, mas uma proposta de substância como esta deve ser previamente conversada entre nós porque permite reunir os consensos necessários. O grupo parlamentar do Partido Socialista que detém a maioria, assim como o grupo parlamentar da Coligação composto por três partidos, não são rebanhos, e as coisas devem ser conversadas entre todos porque, nem eu nem a líder do grupo parlamentar do Partido Socialista temos condições para assumir compromissos sem ouvirmos os nossos pares, assim como o senhor presidente da Câmara evoluiu muito positivamente na sua posição em relação ao alargamento deste regulamento ao ensino secundário porque ouviu os seus pares. Quando a alteração é de substância, penso que as coisas têm que ser previamente conversadas, tal como aconteceu na questão da nossa resolução dos transportes que foi aprovada por unanimidade depois de muito trabalho e de muito mérito por parte dos participantes de todas as bancadas.

Tendo como base estas reflexões e considerações, o grupo parlamentar do PSD vai votar favoravelmente a proposta que está em cima da mesa com duas alterações: aquela que resulta da introdução do ensino secundário com a filosofia aqui apresentada pelo senhor presidente da Câmara e de um artigo que, embora seja jurista, não estou em condições de escrever agora mas corresponde no essencial ao resultado da nossa reunião decorrida há pouco ali dentro que diz que, qualquer regulamentação do Governo Regional nesta matéria prevalece sobre este regulamento, ou seja, assegura-se portanto que não haja um choque entre as várias posições. Posso até vir a pedir a consultadoria técnica de uma das nossas

vereadoras para a elaboração do artigo mas o sentido é este. Agradecendo mais uma vez ao senhor presidente da Mesa, espero ter transmitido o resultado da nossa reunião de há pouco.

Sra. d. m. Marília Vargas – Agradeço também a intervenção e o caráter conciliador do senhor presidente da Assembleia e reforço o que disse há pouco na reunião. Este tipo de alterações a regulamentos tem acontecido por diversas vezes desde que faço parte desta Assembleia há dois mandatos mas, quando apresentámos esta proposta, não imaginaríamos que viria a acontecer todo este transtorno. Fica aqui a minha palavra que da próxima vez serei mais comunicativa e dialogarei mais com o líder da bancada da Coligação para que estes constrangimentos não se repitam. Posso assegurar que nada disto foi de má-fé e na verdade até estamos todos de acordo com estas alterações. Agradeço também ao senhor deputado líder da bancada da Coligação e a todos os seus membros por, mais uma vez, termos chegado a um consenso nestas situações.

Sr. presidente da Mesa – Pergunto ao senhor deputado Carlos Costa Neves se fará verbalmente a proposta de alteração ou se a apresentará mais tarde por escrito após a aprovação do documento.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – A proposta tem o sentido do que foi acordado na nossa reunião de líderes ocorrida há pouco. O termo jurídico fundamental é «prevalece» e estou certo que, com a colaboração de uma jurista imérita, teremos o artigo escrito até ao fim desta sessão.

Gostaria ainda de dar nota do seguinte: consoante vamos adquirindo experiência, aprendemos que nenhum debate político interfere com as relações entre pessoas. Respeito todos os que estão à volta desta mesa em «U», nomeadamente a direção da bancada do grupo parlamentar do Partido Socialista, o senhor presidente da Câmara e os restantes membros do executivo e também o senhor presidente da Assembleia e as senhoras membros da Mesa. Cada um tem o seu estilo, nestas coisas há sempre uma certa paixão e assertividade e não tenho problema nenhum que transfiram lá para fora as nossas ideias e convicções. Tenho compromissos com o meu grupo parlamentar e quando estou muito convencido de uma razão, posso tornar-me especialmente caloroso. Vamos aprendendo a conhecer-nos uns aos outros e não há aqui hostilidade, apenas paixão e compromisso.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Por desconhecimento meu e de acordo com as alterações feitas nos últimos tempos à legislação em vigor, pergunto se a alteração orçamental que decorre do alargamento desta medida ao ensino secundário poderá ser feita em reunião de Câmara ou terá que ser aprovada em sede de Assembleia.

Sr. presidente da Câmara – Essa verba está inscrita para apoio ao sistema educativo. É uma rubrica relativamente alargada de onde saem essencialmente as bolsas de estudo e outros apoios dados às escolas. Na hipótese de vir a ser reforçada, trata-se apenas de uma decisão da Câmara.

Posto à votação, o Regulamento Municipal de Apoio ao Estudo Acompanhado "Vamos Estudar" constante do Ponto 1.5, foi aprovado por unanimidade com as alterações introduzidas em reunião. (43/2022/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Permitam-me uma pequena intervenção para, em meu nome e em nome da Mesa, agradecer o grande esforço que foi feito pelos líderes de ambas as bancadas, pelo senhor presidente da Câmara e pela senhora vereadora Brites Cunha e também a forma cordial, leal e correta com que debatemos este assunto. Cada um tira as conclusões que entender acerca desta discussão relativa à proposta de alteração do regulamento, mas acho que todos podemos levar daqui um grande ensinamento.

Como disse no início, devemos tentar lidar com a diferença mas sempre com o objetivo de atingirmos os compromissos da Câmara, respeitando os respetivos projetos eleitorais sufragados e procurando o bem-estar das pessoas e das comunidades que servimos. Muito obrigado a todos pela vossa disponibilidade em ultrapassar este momento.

1.6 – Alteração de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Cidade de Angra do Heroísmo, nos termos do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, instituído pelo Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017 de 27 de julho. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Mesa – Está em vigor neste momento uma área de reabilitação urbana que corresponde àquilo que tradicionalmente consideramos a cidade, ou seja, desde a Silveira, passando pela Circular até à rotunda dos touros, seguindo para o mar pela ribeira de São Bento. Acontece que os proprietários da antiga fábrica de laticínios da Grota do Vale solicitaram ao município que alargasse esta área de forma a abranger também aquele imóvel com o objetivo de poderem beneficiar dos mecanismos fiscais que se aplicam dentro das (ARU), numa obra que eventualmente ali façam. Este alargamento pareceu-nos justo e razoável, podendo ser um primeiro passo no sentido de se eliminar um dos imóveis degradados que está na nossa lista de prioridades.

O documento foi aprovado por unanimidade. (44/2022/AMAH).

1.7 – Atribuição de Medalha de Mérito Profissional a título póstumo a João Alberto de Melo Miranda pelo seu percurso profissional. Para aprovação da Assembleia Municipal por escrutínio secreto.

A atribuição da Medalha foi aprovada por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (45/2022/AMAH).

1.8 – Atribuição de Medalha de Mérito Profissional a Raul Aguiar do Rego pelo seu percurso profissional. Para aprovação da Assembleia Municipal por escrutínio secreto.

A atribuição da Medalha foi aprovada por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (46/2022/AMAH).

1.9 – Atribuição de Medalha de Mérito Desportivo à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo pela sua atividade na área desportiva ao longo de 100 anos. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A atribuição da Medalha foi aprovada por unanimidade. (47/2022/AMAH).

1.10 – Atribuição de Medalha de Mérito Filantrópico à Cozinha Económica Angrense pela sua atividade na área da solidariedade ao longo de 125 anos. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A atribuição da Medalha foi aprovada por unanimidade. (48/2022/AMAH).

1.11 – Atribuição de Medalha de Mérito Filantrópico à Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira pela sua atividade na área da solidariedade ao longo de 50 anos. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A atribuição da Medalha foi aprovada por unanimidade. (49/2022/AMAH).

1.12 – Atribuição de Voto de Congratulação a Letícia de Sousa Silva pelo pódio na Taça de Portugal de Marcha Atlética no escalão de Sub-18. Para aprovação da Assembleia Municipal por escrutínio secreto.

A atribuição da Medalha foi aprovada por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (50/2022/AMAH).

1.13 – Atribuição de Voto de Congratulação a João Vieira de Castro Sousa pela obtenção do título de Campeão Regional Absoluto, modalidade de TRAP, na época desportiva de 2022. Para aprovação da Assembleia Municipal por escrutínio secreto.

A atribuição da Medalha foi aprovada por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (51/2022/AMAH).

1.14 – Atribuição de Voto de Congratulação à UNICOL – União das Cooperativas de Lacticínios Terceirense, pelo seu percurso ao longo de 75 anos. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A atribuição do Voto foi aprovada por maioria com 36 votos a favor (20 do PS, 14 do PSD e 2 do CDS-PP) e 1 abstenção do PPM. (52/2022/AMAH).

Sr. d. m. Tomás Dentinho (numa declaração de voto) – Tenho justificação para a abstenção.

A UNICOL faz 75 anos. No entanto, desde meados dos anos 90 que deixou de ser verdadeiramente uma união de cooperativas terceirense em favor dos terceirenses para ser uma empresa controlada por fora que, desde então, explora a cadeia do valor do leite na ilha.

Se forem ver as contas dos anos subsequentes à venda da UNICOL, 20% do valor acrescentado da indústria de laticínios desapareceu da região. Quando acabou a quota leiteira, erradamente ligada às indemnizações compensatórias, a UNICOL impôs a sua própria quota, mantendo os preços do leite bastante abaixo dos preços de São Miguel, o que limita o ganho dos lavradores e faz perder cerca de três mil empregos na ilha. Ainda por cima, num claro abuso de poder, impede que os lavradores vendam o leite a outros transformadores.

Os gestores, trabalhadores e cooperantes da UNICOL merecem claramente o nosso apreço mas a UNICOL é também a sua direção que, desde que tomou conta, não tem administrado a empresa para bem dos terceirenses e dos angrenses. Assim, não faz qualquer sentido aprovar e acho que não devo votar este louvor, embora tenha todo o respeito e possa louvar os gestores, os trabalhadores, os cooperantes e os fornecedores da UNICOL.

O facto de dependermos de apenas uma empresa faz com que os preços fiquem mais baixos, sejam agora impostas quotas leiteiras e a própria empresa não evolua como deveria. Todos sabemos da importância da UNICOL como motor da ilha e é exatamente por essa razão que não a considero merecedora deste louvor, assim como não daria um louvor à SATA, à EDA ou até à Universidade dos Açores, porque não cumprem como deveriam as suas funções únicas nestas ilhas.

1.15 – Atribuição de Voto de Congratulação ao Sport Clube Lusitânia pelo seu percurso ao longo de 100 anos. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A atribuição do Voto foi aprovada por unanimidade. (53/2022/AMAH).

1.16 – Atribuição de Voto de Congratulação à Rádio Clube de Angra pelo seu percurso ao longo de 75 anos. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A atribuição do Voto foi aprovada por unanimidade. (54/2022/AMAH).

1.17 – Atribuição de Voto de Congratulação ao Núcleo Filatélico de Angra do Heroísmo – Associação Cultural Filatelista, pelo seu percurso ao longo de 70 anos. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A atribuição do Voto foi aprovada por unanimidade. (55/2022/AMAH).

1.18 – Atribuição de Voto de Congratulação ao Sport Clube Angrense pela vitória no Campeonato Sénior de Futebol dos Açores, época 2021/2022. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A atribuição do Voto foi aprovada por unanimidade. (56/2022/AMAH).

1.19 – Atribuição de Voto de Congratulação ao Sport Clube Barbarense pela vitória no Campeonato Nacional da 3.ª Divisão de Futsal – Série Açores, época desportiva 2021/2022. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A atribuição do Voto foi aprovada por unanimidade. (57/2022/AMAH).

1.20 – Voto de Pesar pelo falecimento de Norberto Ávila. Para aprovação da Assembleia Municipal por escrutínio secreto.

O voto foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (58/2022/AMAH).

1.21 – Primeira Alteração ao Regulamento Interno de Trabalho do Município. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – O nosso regulamento de trabalho não cumpria legalmente duas matérias, nomeadamente as questões do assédio sexual no local de trabalho e o assédio laboral. Damos assim conhecimento a esta Assembleia que o Regulamento Interno de Trabalho do Município passou a incluir estas duas questões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (59/2022/AMAH).

1.22 – Ofício da ALRAA remetendo um Voto de Congratulação à Rádio Clube de Angra. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (60/2022/AMAH).

1.23 – Ofício da ALRAA remetendo um Voto de Congratulação à Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (61/2022/AMAH).

1.24 – Ofício da ALRAA remetendo um Voto de Congratulação à Cozinha Económica Angrense. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (62/2022/AMAH).

Sr. presidente da Câmara – É tradição que se reconheça no dia da cidade a 21 de agosto, o mérito de trabalhadores do município, por isso estão aqui a ser reconhecidos dois trabalhadores que ao longo deste ano se destacaram no seu trabalho e na sua vontade de colaborarem com o município; o primeiro aposentou-se recentemente e o outro continua ao serviço.

Deixo também a notícia, particularmente aos senhores presidentes de juntas de freguesia que, de acordo com a alteração que foi feita por esta Assembleia ao regulamento honorífico da Câmara, as assembleias de freguesia poderão também aprovar propostas de atribuição de medalhas aos seus trabalhadores, bastando submetê-las à Assembleia Municipal para votação, o que já não será possível este ano. Fica a nota de que, em anos futuros, se prevê a atribuição de três medalhas, duas por parte da Câmara e uma pelas assembleias de freguesia.

1.25 – Atribuição de Medalha de Bons Serviços Municipais – Classe Medalha Dourada, a Carlos Manuel Barcelos Machado. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (63/2022/AMAH).

1.26 – Atribuição de Medalha de Bons Serviços Municipais – Classe Medalha Prateada, a João Manuel Santos Freitas. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (64/2022/AMAH).

1.27 – Proposta da Câmara para concessão, nos termos legalmente previstos mediante a abertura de concurso público e com publicidade internacional, da exploração das parcelas de solo identificadas na planta em anexo à presente proposta, as quais se encontram integradas no domínio público municipal e se destinam à instalação, exploração e fiscalização dos parquímetros em Angra do Heroísmo. Para autorização da Assembleia Municipal nos termos do artigo 25.º n.º 1 alínea p) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de dezembro, na redação mais recente dada pela Lei n.º 66/2020 de 4 de novembro.

Sr. presidente da Câmara – Este é um passo complementar ao essencial que foi já dado por esta Assembleia na sua última sessão referente à reestruturação do regime dos parquímetros.

A Câmara propõe à Assembleia Municipal a aprovação de três questões, ou seja, o preço base de 10 mil euros por mês que é mais baixo em relação ao que tínhamos anteriormente porque implica também uma enorme redução na área a ser explorada. Este é o valor mínimo, podendo os concorrentes apresentar propostas com valores mais elevados.

A segunda questão é relativa à manutenção do prazo por dez anos, tal como acontecia até agora, para que o potencial concessionário possa amortizar o investimento que terá que fazer nos equipamentos, caso contrário, estaríamos praticamente a fazer com que apenas o atual concessionário pudesse concorrer. Esta é uma forma de favorecermos a concorrência.

Uma terceira questão tem a ver o critério de adjudicação em que será considerada a proposta com o valor mais alto, não havendo a necessidade de avaliação de outros méritos do concessionário porque a lei já prevê os critérios de habilitação, ou seja, apenas poderão

concorrer as empresas que estejam devidamente certificadas e habilitadas para prestarem este serviço.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – À partida, parece haver vantagem do atual concessionário visto ter já equipamentos instalados e experiência na prestação do serviço. Sei que o futuro é difícil de prever mas, será que estamos presos ao atual concessionário ou conta-se com uma certa abertura? Em segundo lugar, pergunto se isto influenciará o tarifário que os utentes virão a pagar ou se os valores serão definidos em momento ulterior.

Sr. presidente da Câmara – Começando pela última questão, a fixação do tarifário nos termos do regulamento que aqui aprovámos é feita pela Assembleia Municipal. Existe um capítulo específico no regulamento de taxas do município, uma questão que terá que ser submetida na próxima sessão da Assembleia.

Quanto à possível vantagem da atual empresa, com esta medida de se considerar apenas o valor oferecido, tentou-se eliminar qualquer vantagem que pudesse vir a ser alegada em função da experiência, ou seja, se uma outra qualquer empresa oferecer um cêntimo que seja a mais, ficará com o contrato. Reduziu-se o critério de seleção exclusivamente ao valor a apresentar.

A Assembleia Municipal autorizou por unanimidade a proposta constante do Ponto 1.27. (65/2022/AMAH).

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

2.1 – Voto de Protesto contra o fim da operação sazonal da Linha Amarela da Atlânticoline. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sra. d. m. Alexandra Freitas – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhor presidente da Câmara Municipal e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

O grupo municipal do PS apresenta um Voto de Protesto contra o fim da operação sazonal da Linha Amarela da Atlânticoline.

«*A operação sazonal da Atlânticoline é fundamental para garantir a coesão regional, assegurando o transporte de passageiros e viaturas entre as diferentes ilhas dos Açores.*

Sendo a Linha Amarela, a ligação entre todas as ilhas da região com exceção do Corvo, assegurando o transporte de passageiros e viaturas, a mesma é de elevada importância para os Açores e os açorianos, relembrando que em 2019 movimentou cerca de 74 mil passageiros.

Em 2021, o Governo Regional dos Açores decidiu descontinuar a operação sazonal inserida na Linha Amarela, alegando elevados custos com a mesma, fazendo com que as ilhas São Miguel, Santa Maria e Flores fiquem isoladas no que diz respeito às ligações marítimas sazonais e desta forma, também as ilhas do grupo central percam esta via de acesso, ficando a Ilha Terceira sem o fluxo de passageiros de S. Miguel, o que representa cerca de 50% do

mercado regional, reduzindo assim substancialmente o mercado interno em termos de transportes marítimos e ficando sem se poder deslocar por esta via a S. Miguel, Flores e Corvo.

Com a finalização desta operação, deixa também de haver solução para o transporte de mercadorias entre a Terceira e S. Miguel que representam o principal mercado interno Regional.

Não podemos aceitar como argumento para o término desta operação a taxa de ocupação média total; introduzir esse critério em termos absolutos é negar o desenvolvimento e o investimento em mais de metade das ilhas dos Açores e acabar com o desenvolvimento harmónico, com a coesão regional e com o mercado interno.

Com esta decisão, o Governo Regional dos Açores ignora por completo as necessidades dos açorianos, em particular das ilhas mais pequenas, num claro retrocesso no que diz respeito às acessibilidades.

Este Governo, através do então, Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia, afirmou que a SATA seria o garante da coesão regional e acessibilidades da região, criando então a Tarifa Açores.

A SATA não é a única solução; não deve ser a única solução. Como bem sabemos, as operações da SATA têm diversas condicionantes e aquela companhia não garante, nomeadamente, o transporte de viaturas.

Com isto, o Governo Regional fechou uma porta, não só à coesão regional, como a todos os açorianos que anualmente utilizavam este meio de transporte para se deslocarem entre ilhas.

Neste verão, que se prevê de retoma à normalidade, o fim da operação sazonal da Linha Amarela da Atlânticoline será ainda mais grave e terá consequências profundas na economia dos Açores. As limitações de deslocações a outras ilhas condicionam inclusive a participação de alguns grupos em festividades como, por exemplo, as Sanjoaninas.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os deputados municipais eleitos pelo Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal, a aprovação deste Voto de Protesto contra o fim da operação sazonal da Linha Amarela da Atlânticoline.

Angra do Heroísmo, 15 de junho de 2022.»

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Não temos condições para votarmos favoravelmente esta proposta e vamos mesmo votar contra, em primeiro lugar porque fizemos uma resolução sobre transportes marítimos e aéreos que foi aprovada nesta Assembleia Municipal e no Conselho de Ilha em que, a favor de uma solução de entendimento e consenso, se excluiu a referência à Linha Amarela. Como não concordávamos com certas coisas e o grupo parlamentar do Partido Socialista não concordava com outras, cada um de nós definiu as suas linhas vermelhas na procura de consensos.

Se não concordávamos com esta abordagem quando foi feita essa resolução que teve três ou quatro textos ao longo do processo de negociação e resultou num texto comum, hoje

concordamos ainda menos porque o relatório recente do Tribunal de Contas datado de 7 de maio de 2022 classifica esta Linha Amarela como, e vou citar, «um sorvedouro de dinheiro público».

Poucos acreditavam que o Governo Regional seria capaz de levar por diante uma promessa eleitoral que estabeleceria passagens entre ilhas a sessenta euros, tratando-se de uma mudança radical de política de transportes de passageiros que não cobre toda a região por via marítima.

Visto estar preservado aquilo que é do direto interesse da Terceira, nomeadamente a linha que tem o nome da nossa ilha, conhecida como Linha Lilás, não vemos nenhuma razão para que a Linha Amarela seja retomada com um paquete com cinquenta anos a circular entre as ilhas porque o Governo Regional assegurou – e espero que cumpra a promessa – que haverá transporte de mercadorias entre todas as ilhas dos Açores. Conto que esse anúncio seja um compromisso.

Não foi este Governo que acabou com a Linha Amarela. Tendo como base, as passagens a sessenta euros, a afirmação do Tribunal de Contas a respeito do «sorvedouro de dinheiro público», a má gestão pública do anterior Governo Regional da responsabilidade do mesmo partido da bancada socialista – que foi afinal quem acabou com a Linha Amarela – e tendo também em conta o respeito pelo consenso a que se chegou há quatro meses em relação à política de transportes, o grupo parlamentar da Coligação votará contra esta medida.

Sr. d. m. José Toste – Atendendo à fundamentação apresentada para o voto contra da bancada da Coligação aqui exposta pelo senhor deputado Carlos Costa Neves, relembro que a pronúncia que foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia no passado mês de fevereiro contém uma alínea b) relativa aos transportes marítimos que diz o seguinte: «*As ligações inter-ilhas são, como foram no passado, cruciais e o Governo Regional deve retomar o transporte marítimo assegurado de forma regular e previsível em todo o arquipélago, mantendo todas as linhas que permitam ligar a Ilha Terceira às restantes ilhas da Região, complementares ao transporte aéreo…*».

Não obstante o investimento por parte do Governo Regional no sentido de facilitar o acesso ao transporte aéreo, ficou consensualizado que o mesmo fosse complementado por um transporte marítimo que permitisse o acesso da Terceira às restantes ilhas do arquipélago, o que implicaria uma Linha Amarela ou de outra qualquer cor que permitisse, pelo menos, uma ligação entre a Terceira, São Miguel e Santa Maria, algo que não foi referido.

Quanto à questão desta linha ser um «sorvedouro de dinheiro», todas as opções políticas são legítimas mas têm as suas consequências e a redução do preço das passagens aéreas para sessenta euros teve como consequência o fim do transporte marítimo no modelo que conhecíamos, ou seja, por opção política, a necessidade de alocação de verbas devido à redução de preços nas passagens aéreas inter-ilhas implica a impossibilidade de financiamento de outros tipos de transporte, nomeadamente o transporte marítimo de passageiros.

Uma terceira questão tem a ver com o facto de estarmos na antecâmara das festas Sanjoaninas e esta ligação marítima entre São Miguel e a Terceira tem um impacto

significativo nesta época, trazendo à ilha vários grupos para participarem nas festividades. Alguns virão por via aérea pagando os sessenta euros, mas outros acabaram por desistir, uma vez que não será possível deslocarem-se por via marítima.

Há aqui vários argumentos no sentido do voto contra por parte da bancada da Coligação mas não me parece adequada a referência à pronúncia aprovada por esta Assembleia em fevereiro, quando a mesma previa que fosse assegurado o transporte marítimo entre a Terceira e as demais ilhas do arquipélago, o que implicaria a continuação da Linha Amarela ou outra semelhante.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – A redação que o senhor deputado José Toste leu foi a redação do consenso a que se conseguiu chegar porque éramos contra a Linha Amarela. Quando se diz que deve ser garantida a ligação marítima da Terceira com outras ilhas, não se diz «com todas as ilhas», mas trata-se de uma discussão semântica que não interessa e penso que a posição dos dois grupos parlamentares aqui representados está suficientemente explicada. As políticas são outras, embora a decisão da distinção da Linha Amarela tenha sido do Governo anterior e não deste.

Sr. d. m. José Toste – Estamos nesta Assembleia Municipal para nos pronunciarmos sobre o fim da Linha Amarela sem olharmos para o responsável pela sua extinção ou para o responsável pela sua não reativação. A paternidade do fim desta linha não nos leva a uma posição distinta.

Quanto a interpretações semânticas, quando se fala das «restantes ilhas», além da Terceira, as restantes são todas as oito ilhas do arquipélago dos Açores, incluindo obviamente, São Miguel e Santa Maria.

Terminadas as intervenções e após votação, o Voto constante do Ponto 2.1 foi aprovado por maioria com 20 votos a favor do PS e 17 votos contra (15 do PSD, 1 do CDS-PP e 1 do PPM). (66/2022/AMAH).

3 – DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

3.1 – Recomendação no sentido de a Câmara Municipal promover a introdução de três separadores móveis na sala de cima do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo de forma a ser possível a criação de quatro, três, duas ou uma sala naquele espaço e assim possibilitar a realização de grandes congressos em Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara – Da parte da Câmara não vemos qualquer inconveniente nesta recomendação e vamos estudar tecnicamente o assunto.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Não é a sala de cima, é a sala multiusos ou outra forma de se disponibilizar até oito salas no Centro Cultural e de Congressos. Temos ali uma sala com quatrocentos e vinte participantes com visão direta para o palco mas não temos as salas correspondentes para as sessões paralelas.

Por cada cem hóspedes que permaneçam três ou quatro dias na ilha, são gerados 3,4 empregos diretos, indiretos e induzidos, o mesmo acontecendo com um congresso com cem participantes. Quando as pessoas se deslocam à ilha a um congresso mais participado, ouvem as sessões plenárias mas depois têm que apresentar os seus trabalhos nas sessões paralelas. Notei isto porque a Câmara cedeu-nos o Centro Cultural para organizarmos um congresso no ano passado e um outro neste ano e verificámos que tal não era possível com a participação de cem pessoas em apenas três salas durante dois dias, havendo sessões plenárias. Acabámos por ir lá para cima para o TERINOV que, apesar de mais pequeno, é um sítio afastado da cidade, obrigando à necessidade de transporte.

Se tivermos a presença de quatrocentas e vinte pessoas, precisamos de oito salas para realizar congressos com a duração de quatro dias e ao mesmo tempo dá-se consistência e utilidade ao edifício. Verificámos que são raras as cidades em Portugal que possuam esta capacidade, por isso se ganharia também aqui uma vantagem competitiva em termos de organização de congressos com esta dimensão. Como a cidade é muito simpática e os hotéis ficam relativamente próximos, penso que se criaria uma mais-valia que, naturalmente, é preciso depois animar.

Consigo eventualmente organizar um congresso por ano com esta dimensão mas é necessário que outras entidades deem a conhecer esta capacidade da cidade de Angra que me parece única. Ponta Delgada tem o grande auditório do teatro mas depois as salas não funcionam, assim como a universidade, que tem um espaço grande, mas as salas são necessárias para dar aulas. Creio que basta uma pequena obra numa daquelas salas e alguma promoção para possibilitar a realização destes eventos com mais gente. Numa região como esta com bastante chuva, convém que as pessoas não andem de um lado para o outro à procura das salas em espaços mais abertos.

Sra. d. m. Marília Vargas – O grupo municipal do PS não se opõe a esta iniciativa e vai votar favoravelmente. Estamos de acordo que a Câmara deve tomar as diligências necessárias para a realização de congressos desta dimensão.

A Recomendação constante do Ponto 3.1 foi aprovada por unanimidade. (67/2022/AMAH).

3.2 – Voto de Congratulação pela devolução de verbas do IRS às autarquias da Região Autónoma dos Açores. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e demais vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

«*A Região Autónoma dos Açores dispõe, à luz do Estatuto Político-Administrativo e da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, das receitas fiscais nela cobradas ou geradas, bem como da participação nas receitas tributárias do Estado, conforme disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, constituindo receita da Região, o*

imposto sobre o rendimento das pessoas singulares consideradas fiscalmente residentes na região.

Ainda assim, entre os anos de 2009 e 2010 não foi efetuada a transferência para os 19 municípios da região, da participação no IRS relativa aos meses de março a dezembro do exercício de 2009 e de dezembro do exercício de 2010, prevista na Lei de Finanças Locais vigente na altura e que era a Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro.

Decorrida mais de uma década sem que tenham sido transferidos cerca de 5,4 milhões de euros do IRS às autarquias da região, o atual Governo Regional assumiu a justa resolução deste assunto, tendo celebrado um protocolo com a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores a 10 de setembro de 2021, que prevê a transferência em quatro parcelas anuais no período entre 2021 e 2024, dos valores referentes à participação dos municípios da região no IRS respeitantes aos valores não transferidos nos anos de 2009 e 2010.

Com efeito, no passado dia 27 de maio foi publicada em Jornal Oficial a Portaria n.º 800/2022 que procede à transferência de verbas para os municípios da Região Autónoma dos Açores correspondente à segunda parcela anual, no montante global de 1 milhão de euros, em particular, de 174 624,00 € para o município de Angra do Heroísmo.

Neste sentido, é de louvar a postura de seriedade, justiça e proximidade deste Governo Regional para com o Poder Local, de respeito e relevância para com os municípios e os munícipes que, durante mais de 10 anos, aguardaram pela devolução de uma verba tão significativa.

Este é um sinal claro e inequívoco de que este Governo Regional valoriza e dignifica o trabalho dos autarcas de cada um dos 19 municípios dos Açores, honrando os compromissos assumidos para benefício da comunidade.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os Deputados Municipais da Coligação (PPD/PSD – CDP-PP – PPM) propõem à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária a 15 de junho de 2022, a aprovação de um voto de congratulação ao XIII Governo Regional pela devolução de verbas do IRS às autarquias da Região.

Angra do Heroísmo, 15 de junho de 2022.»

Sr. d. m. José Toste – Tomo a palavra para comunicar a posição do Partido Socialista acerca deste Voto de Congratulação que será votado favoravelmente por esta bancada mas com um conjunto de considerandos que não estão refletidos no texto preambular. No fundo, estamos a congratular-nos com uma decisão no sentido do cumprimento de uma lei que se arrastou por dez anos devido a um diferendo judicial.

A interpretação feita pelos municípios a este diploma legal que estava em vigor em 2009 e 2010, era que a transferência desses 5% do IRS era da responsabilidade do Governo da República; entretanto, um conjunto de autarquias onde se incluem as câmaras municipais de

Angra do Heroísmo, de Ponta Delgada e da Lagoa, intentaram ações junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada no sentido de serem asseguradas estas verbas.

No ano de 2012 o tribunal deu razão em primeira instância ao que era peticionado pelos municípios, responsabilizando a administração central pelo pagamento destas verbas; entretanto houve três recursos, dois deles decididos judicialmente em 2015 e o último, referente ao município de Angra do Heroísmo, obteve decisão em janeiro de 2021, sendo que a interpretação correta era de que a transferência do IRS deveria ser feita a 100% para a região, de onde se deveriam retirar os 5%.

Uma vez chegados a 2021 e tendo sido fixado um entendimento judicial por parte dos tribunais relativamente à interpretação da lei, os municípios alteraram a sua posição inicial devido a uma decisão transitada em julgado que atribuiu ao Governo Regional a responsabilidade pelo pagamento dessas verbas. As transferências poderiam eventualmente ter sido feitas imediatamente no início de 2021 mas houve um acordo de negociação com a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, ainda na sua anterior direção, no sentido de se dilatar o prazo de pagamento.

Congratulamo-nos também com o pagamento dessas verbas para benefício da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e do bem-estar dos seus munícipes mas deixamos aqui a justificação deste atraso de dez anos, relembrando as decisões judiciais e alertando para o problema da possível abertura de um precedente porque, mais do que uma questão de política partidária, penso tratar-se de uma discussão autonómica que unia até este momento as regiões autónomas dos Açores e da Madeira onde este problema se colocou no mesmo quadro legal, sendo que, infelizmente, os municípios da Madeira aguardam ainda essa devolução.

Não discutindo o direito constituído, mas o plano do direito a constituir do que deve ser a nossa relação como região autónoma e também das autarquias locais com o Estado, a transferência de 100% do valor do IRS cobrado na região destina-se à pessoa coletiva pública Região Autónoma dos Açores e não diretamente aos municípios, cujo financiamento a nível nacional é feito através do Orçamento de Estado sem qualquer limitação das verbas destinadas à região.

Um segundo problema prende-se com o facto de passar para as mãos do Governo da República a limitação dos valores transferidos para a pessoa coletiva pública Região Autónoma dos Açores, ou seja, aumentando-se as percentagens transferidas para os dezanove municípios da região, está-se a regredir a margem e o volume transferido já que, desde 2011, esses 5% têm sido retidos à cabeça pelo Governo da República que depois é responsável por fazer chegar essas verbas às autarquias locais, não se verificando qualquer problema posterior.

Independentemente dos líderes, esta era uma reivindicação de longa data da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, por isso não nos podemos opor a este voto de congratulação, votando-o favoravelmente após as ressalvas que referi.

<u>O Voto de Congratulação constante do Ponto 3.2 foi aprovado por unanimidade</u>. (68/2022/CMAH).

3.3 – <u>Voto de Protesto contra a aprovação do Regime Jurídico da Taxa Turística Regional. Para aprovação do órgão deliberativo municipal</u>.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Esta questão foi já discutida na sessão anterior da Assembleia Municipal mas a decisão recente da aprovação de um diploma pela Assembleia Legislativa Regional na altura não nos deu tempo de apresentar este voto que, no essencial, manifesta o desagrado pela aprovação por maioria deste Regime Jurídico da Taxa Turística Regional pela ALR em 20 de abril de 2022 que não obteve qualquer parecer positivo junto dos representantes do setor nem da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores. Essas mesmas entidades afirmam até que esta medida poderá colocar em causa a retoma do setor turístico e a Associação de Municípios entende que se deve seguir o mesmo procedimento do que acontece a nível nacional, não fazendo sentido acumular uma taxa concelhia com uma taxa regional, atendendo às especificidades de cada ilha e de cada concelho.

A eventual entrada em vigor deste diploma vai provocar um mal maior e não um bem menor, o que nos leva a apresentar esta proposta de voto de protesto contra a regionalização da taxa turística, defendendo uma eventual taxa municipal se for o entendimento da Câmara e desta Assembleia. Somos contra a regionalização e a favor da municipalização, o que não quer dizer que se vá apresentar uma proposta de uma taxa municipal.

Sr. d. m. José Toste – Apesar de ter sido configurada de uma forma um pouco distinta, esta proposta destina-se à aprovação de um oto de protesto contra a aprovação do Regime Jurídico da Taxa Turística Regional, ou seja, o que se propõe em termos puramente formais, é que a Assembleia Municipal aprove um voto de protesto contra uma decisão do órgão máximo da autonomia regional que é a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ao contrário de outros votos de protesto já aqui apresentados relativamente a órgãos regionais, como aconteceu hoje acerca da opção do Governo Regional relativa ao fim da Linha Amarela, a verdade é que o Governo Regional não tem uma legitimidade democrática direta como acontece com esta Assembleia Municipal e com a Assembleia Legislativa Regional. Concordando-se ou não, em termos formais isto transforma-se um bocadinho num voto contra a vontade do povo açoriano expressa através da ALR e o inverso também nos chocaria. O que aconteceria se a Assembleia Legislativa Regional começasse a aprovar votos de protesto contra o que é aprovado pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo no exercício das suas competências legítimas e democráticas?

Independentemente da discussão política sobre a validade da introdução desta taxa municipal, a verdade é que o órgão máximo da nossa autonomia se pronunciou no sentido da sua criação e num primeiro momento a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores tomou uma posição algo cautelosa, remetendo para o Representante da República, o dever de avaliar a eventual inconstitucionalidade, tendo o mesmo promulgado o diploma e partilhado o entendimento de que não haveria problemas de inconstitucionalidade.

Esta questão vai um pouco além, não pela discussão da medida em si, mas porque deve haver um certo respeito institucional entre assembleias com legitimidade democrática direta.

Apesar do costume de uma certa prática reiterada com a convicção de que estas taxas são de âmbito municipal, nos planos constitucional e estatutário, nada impede a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de adotar esta posição.

Quando se fala em dar centralidade ao parlamento, é também respeitar as decisões tomadas nos órgãos próprios pelas maiorias que se formam, podendo ser ocasionais como foi o caso, mas essa maioria ocasional deveu-se à existência de uma minoria também ocasional. Tivesse havido uma maioria e uma minoria normais e não haveria esta discussão.

Tendo as regiões, poder estatutário próprio e não havendo dúvidas de constitucionalidade do diploma por parte do Representante da República e de professores universitários insuspeitos que se pronunciaram nesse sentido, o professor Jorge Miranda e o professor José Vieira de Andrade, acho que o debate político deve acontecer na sede própria que tomou esta decisão e tem a liberdade de a reverter, como foi assumido por um representante da minoria ocasional e da maioria normal.

Estando fora da esfera desta Assembleia Municipal e pelo respeito institucional que devemos ter pelas outras assembleias sob pena de também se imiscuírem nas nossas decisões, protestando e contestando a nossa atividade, a posição desta bancada do Partido Socialista vai no sentido de se abster neste voto, não quartando a possibilidade de esta Assembleia se pronunciar no sentido do protesto, se for esse o entendimento.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Quando isto implica juristas é complicado, por isso vou despir o casaco de jurista. Entendemos que a posição das câmaras merece proteção, a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores deveria ter sido ouvida nesta matéria e se alguma entidade foi ouvida, deu pareceres negativos.

Não ponho em causa a legitimidade da Assembleia Legislativa Regional em tomar a posição que tomou, que considero oportunista e discutível porque contraria os interesses próprios da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e aquilo que é prática corrente por entendimento entre o país e a referida associação. O que pretendemos é proteger o espaço do poder autárquico, que consideramos ter sido invadido, como resulta bem das posições da AMRAA e de outras decisões tomadas nesta própria sala na última reunião da Assembleia Municipal. Sabemos que há um incómodo relativo à aprovação desta taxa por parte do executivo camarário e das duas bancadas parlamentares porque entendíamos que, a haver uma taxa, a mesma deveria ser criada no concelho de Angra do Heroísmo.

Considero muito significativa e fundamentada a intervenção do senhor deputado José Toste e a abstenção do grupo parlamentar do Partido Socialista parece-nos um sinal político muito interessante dentro do seu espaço de manobra.

O Voto de Protesto constante do Ponto 3.3 foi aprovado com 17 votos a favor (15 do PSD, 1 do CDS-PP e 1 do PPM) e 20 abstenções do PS. (69/2022/AMAH).

3.4 – Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Silva. Para aprovação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto.

O Voto foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (70/2022/AMAH).

4 – DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS E DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

4.1 – Voto de Pesar conjunto pelo falecimento de António Manuel Bettencourt Machado Pires. Para aprovação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto.

Sra. d. m. Cláudia Cardoso – Boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

«*No passado dia 7 de junho faleceu um terceirense ilustre, António Manuel Bettencourt Machado Pires, ilustre intelectual da academia açoriana. António Machado Pires nasceu na freguesia da Sé da cidade de Angra do Heroísmo, filho de Teotónio Machado Pires, advogado, político e governador civil do distrito de Angra. Concluídos os estudos secundários na sua cidade natal, em 1966 licenciou-se em Filologia Românica pela Universidade de Lisboa, apresentando uma dissertação de licenciatura sobre a linguagem, adagiário, literatura popular e culta ligadas ao mundo agropecuário da ilha Terceira, então por sugestão e sob a orientação de Vitorino Nemésio.*

Iniciou a carreira docente como assistente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1966, inicialmente a convite de Delfim Santos, e depois como colaborador de Vitorino Nemésio, Luís Filipe Lindley Cintra, Jacinto do Prado Coelho e David Mourão-Ferreira. Durante este período de tempo colaborou no ensino de diversas disciplinas das áreas da história da cultura e da literatura portuguesas.

Com a criação da Universidade dos Açores passou a colaborar com a novel instituição, na qual viria a concluir em 1979 o doutoramento em Literatura Portuguesa, apresentando uma dissertação sobre a ideia de decadência na "Geração de 70", assumindo de imediato funções de professor da instituição no seu campus de Ponta Delgada. Em 1982 concluiu a agregação, na mesma Universidade, com uma lição sobre Raul Brandão e Vitorino Nemésio e um relatório sobre o conflito de geração no século XIX em Portugal.

Na Universidade dos Açores, a par de disciplinas das áreas da língua e cultura portuguesas, também se destacou no ensino de outras, nomeadamente nos campos da sociedade e da cultura, das técnicas de expressão do Português e dos estudos linguísticos. Tendo integrado júris de provas académicas e orientado numerosas dissertações de mestrado e de doutoramento.

Professor catedrático da Universidade dos Açores, fundou e dirigiu o departamento de Línguas e Literaturas Modernas da instituição. Depois de ter sido vice-reitor, exerceu as funções de reitor entre dezembro de 1982 e julho de 1995, tendo contribuído decisivamente para a expansão da Universidade e para a sua credibilização no contexto do sistema português de ensino superior. Sob a sua direção, a Universidade dos Açores reforçou a sua rede de contactos internacionais, nomeadamente com universidades brasileiras e norte-

americanas. Com o objetivo de recuperar a memória da emigração açoriana para o Brasil, partindo de um convite da Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade dos Açores veio a assinar em 1984, um convénio que tem contribuído para o estreitamento de relações entres os dois estabelecimentos de ensino e que, posteriormente, o agraciou com a atribuição de uma medalha.

Como ensaísta e investigador, António Machado Pires organizou conferências e seminários e participou em múltiplas reuniões científicas, frequentemente colaborando na sua organização. É autor de uma longa lista de publicações em livro, de prefácios e introduções, de artigos, comunicações e recensões em revistas nacionais e estrangeiras. Fundador da revista "Arquipélago" e considerado um dos maiores especialistas portugueses na obra de Vitorino Nemésio, fundou com Fernando Cristóvão em 1996, o "Seminário Internacional de Estudos Nemesianos" que teve como objetivo principal a divulgação e o aprofundamento do estudo da obra do autor.

Como ensaísta, produziu vários estudos sobre a obra de um conjunto de autores, entre os quais se destacam Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Antero de Quental, Raul Brandão e Vitorino Nemésio, bem como sobre a "Geração de 70". São igualmente numerosos os escritos que publicou sobre a literatura portuguesa finissecular e foi um dos colaboradores da "Enciclopédia Açoriana".

Participou ativamente na Convenção para a Nova Autonomia em 1996 e foi mandatário político regional do PS/Açores entre 1996 e 2012. Recebeu o grau de Grande-Oficial da Ordem de Instrução Pública, bem como a Insígnia Autonómica de Reconhecimento.

Aposentou-se em 2006, tendo sido agraciado com o grau de grande oficial da Ordem da Instrução Pública em 1988. Também recebeu a medalha dos 25 anos da Universidade Federal de Santa Catarina. Em 2016, sob a coordenação de Maria do Céu Fraga, Maria Madalena, M. C. Teixeira da Silva e Gabriela Funk, foi publicada a obra "Da Literatura e da Cultura" como tributo ao Professor Doutor António Machado Pires.

De entre as suas inúmeras obras publicadas, destacam-se as seguintes: "Dom Sebastião e o Encoberto" (1971); "O Século XIX, Cronologia e Quadro de Gerações" (1975); "Marcas de insularidade no Mau Tempo no Canal de Vitorino Nemésio" (1979); "Nemésio e os Açores" (1979); "Raul Brandão e Vitorino Nemésio" (1988); "Vitorino Nemésio, Rouxinol e Mocho" (1995) e "Luz e Sombras no Século XIX em Portugal" (2006), obra vencedora do prémio PENCLUB – Ensaio.

Os Açores perdem um dos seus mais brilhantes pensadores, um estudioso da cultura, um humanista convicto, um cultor da forma, um apreciador do valor da etimologia que compreendia como poucos, que a decadência do ensino do Grego e do Latim nas escolas inviabilizaria a compreensão escorreita da filologia e beneficiaria a decrepitude da utilização da língua pátria. António Machado Pires foi um demorado pensador do seu tempo, a quem a realidade convocava numa permanente atualização dos preceitos da modernidade. Assumiu-se como um investigador atento do polémico conceito de açorianidade, expandido em

primeira instância por Vitorino Nemésio num artigo publicado na "Ínsula" em 1932. Um humanista perfeito, um republicano, um pensador apolíneo da sua geração que acompanhou o curso dos tempos e gerou pensamento crítico dentro e fora da academia.

Uma personalidade humanista de extrema gentileza com o seu semelhante, apreciado e estimado entre amigos, colaboradores e alunos, a quem os Açores terão necessariamente um tributo de profunda gratidão, por terem podido partilhar da sua incontestável sapiência, e do brilhantismo do seu pensamento arguto. António Machado Pires foi uma referência no exercício da docência, no livre pensamento e na expressão mais genial da intelectualidade açoriana, a que se aliou uma personalidade profundamente autonomista. António Machado Pires foi um intelectual sério, o que o transformou numa referência absoluta nos meios culturais e científicos do país e do estrangeiro, foi um investigador credibilíssimo, um ensaísta de grande rasgo, um cidadão empenhado e comprometido com a vertigem da realidade do tempo em que lhe coube viver. A quem o estudo do passado convocava amiúde, sem que tal o impedisse de ponderar o curso do presente. Sobre o povo português discorreu assim na obra Machado Pires "Memórias e Reflexões", percebendo a transitoriedade de todas as coisas e a responsabilidade absoluta que a grandeza de Portugal implica:

[…] "Um dos mais antigos Povos da Europa, o Português percorreu o mundo em conquista, descobrimento, aventura, intercâmbio, missão religiosa ou diplomática. Competiu com nações mais populosas. Contribuiu para o conhecimento do mundo e da ciência. Foi herói e anti-herói. Ganhou e esbanjou. Inventou o nónio e a caravela. Deixou pelas ilhas atlânticas, pela África, pela América do Sul, pelo Oriente vestígios históricos, arqueológicos, artísticos, linguísticos. Afirmou um espaço de língua notável que hoje se chama Lusofonia. Teve as suas horas de grandeza e de desgraça. Aljubarrota e Alcácer-Quibir. Escreveu Os Lusíadas e a História Trágico-Marítima com o sangue da sua própria História. Nessa diatribe de auge e decadência se passaram quase mil anos de História de um Povo europeu e maioritariamente cristão. Com opções certas e com opções erradas. Mas criando uma identidade — responsabilidade de todos nós."

Os Grupos Municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM), ao abrigo das disposições regimentais, apresentam este voto de pesar conjunto pelo falecimento de António Manuel de Bettencourt Machado Pires, ao qual a Câmara Municipal também se associa. Deste voto deve ser dado conhecimento à família e à Universidade dos Açores.

Salão Nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 15 de junho de 2022.»

Sr. presidente da Câmara – A Câmara Municipal associa-se a este voto aqui apresentado. Para além de todo o seu papel aqui bem realçado, o professor Machado Pires foi um homem que sempre se preocupou com a nossa cidade. Nos meses recentes, tive por diversas vezes a oportunidade de conversar com ele telefonicamente sobre matérias que dizem respeito à nossa cidade e de reconhecer que, apesar do passar dos anos e da doença, manteve sempre uma preocupação com a forma como poderia contribuir para a cidade.

Em nome da Câmara, quero também associar-me a este Voto de Pesar e prestar a devida homenagem ao professor António Machado Pires, que muito deu à região e ao nosso concelho.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Este grupo parlamentar quer também associar-se a este Voto de Pesar pelo falecimento do professor António Machado Pires e se nos for permitido, gostaríamos mesmo de o subscrever pelo seu grande mérito, dada a personalidade em causa e a redação cuidada e impressiva apresentada pelo Partido Socialista. No seu texto, este Voto de Pesar é também uma homenagem àquilo que António Machado Pires representa e continuará a representar nesta região, nesta ilha e nesta cidade. Fica aqui expresso o nosso apoio e o nosso respeito.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Para além de todos os pontos aqui referidos, penso que a universidade deve agradecer a paciência e a gentileza do professor Machado Pires, que foi o seu segundo ou o terceiro reitor numa altura em que a aquela instituição ia crescendo em qualidade orientada por estes primeiros reitores. A sua gentileza ajudou também quando houve reformas e a universidade passou a ser mais democrática. Aturou-nos com muita paciência porque vínhamos daqueles anos do 25 de abril a pôr em causa os regulamentos que eram propostos. O professor Machado Pires tinha, de facto, uma sabedoria e gentileza enormes, além de atitudes muito democráticas que certamente nos tornaram corresponsáveis por esse desenho da universidade de então.

Sobre o que ele fala dos portugueses, acho que fizeram ainda mais em relação aos Açores e aos sítios que foram criando. Para se criar terras novas é preciso criar uma economia de relação, o que os portugueses fizeram em grande aqui nos Açores, algo que os *Vickings* e outros povos terão também tentado fazer mas não conseguiram.

Esta capacidade apontada ao professor Machado Pires através da literatura está a ser agora complementada por pessoas da economia, da paleologia e de outras áreas. O sinal da grandeza, responsabilidade e vocação do povo português é certamente lançado pela literatura, em que o professor Machado Pires é um enorme arauto e protagonista.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Pela troca de olhares e sinais ficou acordado que este Voto de Pesar seria uma subscrição conjunta do grupo parlamentar do Partido Socialista e do grupo parlamentar da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM).

Sra. d. m. Cláudia Cardoso – Agradeço as palavras do senhor deputado líder da bancada da Coligação sobre o voto apresentado e informo que o grupo parlamentar do Partido Socialista aceitará a subscrição da vossa parte.

O Voto de Pesar pelo falecimento de António Manuel Bettencourt Machado Pires foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto, tendo a Câmara Municipal se associado ao mesmo. (71/2022/AMAH).

A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara, senhora e senhores vereadores, concluímos esta reunião da nossa Assembleia Municipal que se prolongou um pouco mais do que o habitual, fruto do debate, da troca de ideias e de argumentos, que é muito saudável num regime democrático.

Deixo aqui o meu agradecimento com simpatia aos líderes das bancadas da Coligação e do PS, ao senhor presidente da Câmara, à senhora e senhores vereadores e às senhoras e senhores deputados. Agradeço os vossos contributos e participações, a disponibilidade e o empenho, desejando-vos muita saúde e umas boas festas Sanjoaninas.

Informo que a próxima reunião desta Assembleia irá ocorrer no dia 28 de setembro.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 15h05m do dia 15 de junho de 2022, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

_____

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

A 1ª Secretária

_____

Tânia Gil da Rocha Lemos